

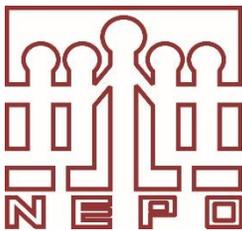
ISSN 1413-9243



TEXTOS
NEPO

85

CAMPINAS, SETEMBRO DE 2018



**NOTAS SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE
FAMÍLIA E DOMICÍLIO NA PNAD E NA PCV**

CIMAR ALEJANDRO PRIETO APARICIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria

Prof. Dr. **Marcelo Knobel** – Reitor



Pró-Reitorias

Prof. Dra. Eliana Martorano Amaral – Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Andre Tosi Furtado – Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. Munir Salomão Skaf – Pró-Reitor de Pesquisa

Profa. Dra. Marisa Masumi Beppu – Pró-Reitor de Desenvolvimento
Universitário

Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto – Pró-Reitor de
Extensão e Assuntos Comunitários

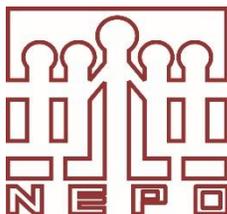
Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dra. Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”

Dr. **Alberto Augusto Eichman Jakob** – Coordenador

Dra. **Maísa Faleiros da Cunha** – Coordenadora Associada



Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

Editora dos Textos NEPO

Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

Dra. Laeticia Rodrigues de Souza

Dra. Luciana Correia Alves

Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

Aparicio, Cimar Alejandro Prieto.

Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV / Cimar Alejandro Prieto Aparicio. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2018.

55p.

(Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV, TEXTOS NEPO 85).

1. Família. 2. Domicílio. 3. Parentesco. 4. Título. 5. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

SÉRIE TEXTOS NEPO

T

EXTOS NEPO - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **oitenta e cinco números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Dr. **Alberto Augusto Eichman Jakob**
Coordenador

Dra. **Maísa Faleiros da Cunha**
Coordenadora Associada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. OS CONCEITOS DE FAMÍLIA E DOMICÍLIO NAS PESQUISAS QUANTITATIVAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	9
1.1 Conceitos de família e domicílio	9
1.2 Famílias e domicílios nas pesquisas quantitativas sobre a relação família-pobreza no Brasil ..	14
2. METODOLOGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE FAMÍLIA E DOMICÍLIO NA PNAD 2006 E NA PCV 2006	22
2.1 Fontes de dados	22
2.2 Metodologia de operacionalização dos conceitos de família e domicílio	28
2.2.1 Identificação das famílias em um arranjo domiciliar	28
2.2.2 Identificação das relações de parentesco em um arranjo domiciliar	32
3. CLASSIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ARRANJOS DOMICILIARES NA PNAD 2006 E NA PCV 2006.....	35
3.1 Classificação e quantificação de arranjos domiciliares	35
3.2 Composição dos arranjos domiciliares pobres.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
ANEXO	50
REFERÊNCIAS	51

RESUMO

Este estudo apresenta uma discussão metodológica sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio em pesquisas quantitativas das ciências sociais a partir de duas fontes de dados secundários: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006 do IBGE e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) 2006 da Fundação Seade. De modo específico, são discutidos os conceitos de família e domicílio e as possibilidades metodológicas de uso das variáveis da PNAD 2006 e da PCV 2006 em uma análise empírica da pobreza. Assim, desenvolve-se uma comparação metodológica dos planos de amostragem, dos questionários dessas pesquisas domiciliares e dos efeitos de diferentes formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio sobre a estimativa de arranjos domiciliares no Estado de São Paulo.

Palavras chave: Família. Domicílio. Parentesco. Pesquisa. Domiciliar.

ABSTRACT

This study presents a methodological discussion about the operationalization of the concepts of family and household in quantitative social sciences researches from two national household surveys: the National Household Sample Survey (PNAD 2006 - IBGE) and the Research on Life Conditions (PCV 2006 - Fundação Seade). There is an interdependence between household organization and deprivations, with the household arrangement constituting the unit of analysis. In a specific perspective, the concepts of family and household as well as the methodological possibilities of usage of the information from PNAD 2006 and PCV 2006 for an quantitative analysis of poverty are discussed. Thus, a methodological comparison of the sampling plans, of the questionnaires of these household surveys and of the effects of different forms of operationalization of the concepts of family and household on the estimate of households are developed.

Keywords: Family. Household. Kinship. Household Survey.

INTRODUÇÃO

A maior parte dos domicílios brasileiros é constituída por grupos de pessoas com relações de parentesco, conforme diversos estudos populacionais realizados a partir do tratamento dos dados dos Censos Demográficos, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de outras pesquisas domiciliares (JANNUZZI, 2001; CAMARANO et al., 2006; GOLDANI, 2004; LAVINAS, 2008; MONTALI; TAVARES, 2008; WAJNMAN, 2012; BILAC, 2014).

As famílias constituem um importante objeto de investigação das pesquisas quantitativas das ciências sociais. Os estudos de família mostram como as estruturas familiares observadas entre os pobres nas unidades domiciliares podem ser uma resposta a variadas formas de privações (BILAC, 2003) e a diferenças de classe nas relações familiares e de gênero (ITABORAÍ, 2015).

Com efeito, os arranjos familiares e as redes de parentesco têm um papel relevante para a provisão de renda e de bem-estar para seus membros, constituindo um instrumento de proteção social (MEDEIROS, 2000). Nas economias de mercado, as pessoas obtêm bens e serviços por meio da renda, cuja fonte principal é a remuneração do trabalho. Em situações de crise econômica e de desemprego, a renda do trabalho pode não ser suficiente para o atendimento das suas necessidades básicas, de forma que os indivíduos recorrem a duas instituições que moldam os sistemas de solidariedade: o Estado e a família (MEDEIROS, 2000).

Algumas das principais abordagens de medição da pobreza utilizam recorrentemente a família como unidade de análise. Assim, em uma abordagem de medição da pobreza relativa, uma família é pobre se a sua renda *per capita* é inferior a um valor monetário – a linha de pobreza – que representa o custo de uma cesta básica de produtos e serviços considerados essenciais para sobrevivência e consumo de todos os seus membros (JANNUZZI, 2001).

Por um lado, as famílias promovem uma série de atividades que garantem os serviços de cuidado das pessoas, tais como a preparação das refeições, os cuidados com a saúde e o descanso dos moradores. Em particular, as características de composição dos moradores na unidade domiciliar podem ter um papel relevante para a provisão de renda e de bem-estar dos seus membros. Por outro lado, o Estado deve construir um sistema de proteção social que garanta um nível mínimo de assistência social, especialmente quando a ajuda familiar não consegue cobrir os riscos decorrentes de mudanças na configuração do mercado de trabalho (MEDEIROS, 2000).

Em termos de políticas públicas, a partir da Constituição de 1988 as famílias tornaram-se um importante público-alvo da Seguridade Social (MONTALI; TAVARES, 2008). A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 estabelece a centralidade da família para concepção e implementação dos

benefícios, serviços e programas sociais, o que foi concretizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹. Conforme a PNAS, a assistência social é entendida como o direito à seguridade social a fim de desenvolver capacidades para maior autonomia dos indivíduos. Assim, tal política apresenta-se como aliada do desenvolvimento humano e não como tutelar e assistencialista (BRASIL, 2004).

Ainda segundo a PNAS, a proteção social pressupõe a maior aproximação possível da vida cotidiana das pessoas, pois é nesse contexto em que riscos e vulnerabilidades se constituem. A construção de uma política de proteção social precisa levar em conta estes aspectos: as pessoas e as suas circunstâncias, dentre as quais a família, que seria o seu primeiro núcleo de apoio (BRASIL, 2004).

A PNAS estabelece que a elaboração das políticas sociais, ao assumir a centralidade dos arranjos familiares para suas ações, deve reconhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica associada aos processos de exclusão e inclusão social e, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade a riscos pessoais e sociais dos membros das famílias em cada localidade, de modo particular nos estados e municípios (BRASIL, 2004). Nesse sentido, o estudo empírico da condição familiar permite o exame mais acurado das necessidades das famílias e dos seus recursos e contribui para o aperfeiçoamento dos programas de Seguridade Social.

Nesse sentido, a demografia da família pode contribuir para as pesquisas quantitativas das ciências sociais, ao dar subsídios para a discussão teórica sobre os conceitos de família e domicílio e a formação dos arranjos familiares e domiciliares no Brasil, bem como para a operacionalização dos conceitos de família e domicílio nas análises dos dados das pesquisas domiciliares.

Assim, este artigo tem como objetivos: (a) sintetizar a discussão teórica sobre os conceitos de família e domicílio; (b) discutir uma metodologia de operacionalização dos conceitos de família e domicílio em duas fontes de dados secundárias que pode ser utilizadas em estudos empíricos nas ciências sociais: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – IBGE) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV – Fundação Seade).

Após esta introdução, a seção 1 trata de discutir os conceitos de família e domicílio nos estudos de família e a relevância desta discussão para as pesquisas quantitativas sobre a relação família-pobreza no Brasil contemporâneo. A seção 2 apresenta uma metodologia de tratamento dos dados da PNAD e da PCV a fim de operacionalizar os conceitos de família e domicílio. A seção 3 realiza uma comparação metodológica da PNAD e da PCV em relação à captação de informações sobre famílias em arranjos domiciliares, a fim de verificar se as diferentes formas de operacionalização dos conceitos de família e

¹ Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004.

domicílio dessas fontes de dados têm efeitos sobre a classificação dos arranjos domiciliares. Por fim, o artigo apresenta algumas considerações finais.

1. OS CONCEITOS DE FAMÍLIA E DOMICÍLIO NAS PESQUISAS QUANTITATIVAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

1.1 Conceitos de família e domicílio

Os termos família e domicílio podem ter sentidos ambíguos nas definições das variáveis das fontes de dados dos estudos populacionais, tais como os censos demográficos e as pesquisas por amostra de domicílios. Algumas pesquisas quantitativas definem família como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e residentes em uma unidade doméstica (CAMARANO et al., 2006). Uma definição semelhante, presente em outro trabalho, considera a família como “um grupo de pessoas conviventes (em um domicílio) relacionadas por laços de parentesco ou adoção” (GOLDANI, 1993, p. 79).

Bender (1967) comenta em um artigo da literatura antropológica que a referência básica para o termo “família” é o parentesco, enquanto para o “domicílio” é a residência. Segundo esse autor, o conceito de família compreenderia um fenômeno social estritamente vinculado às relações de parentesco, enquanto o conceito de domicílio é relacionado ao local de residência e às funções domésticas.

Em uma visão sociológica institucional, a família pode ser entendida como uma estrutura social particularista e multidimensional, produto da articulação de relações de gênero e gerações no âmbito de um sistema de parentesco e aliança que as organiza e legitima por meio de valores, normas e expectativas de comportamento. A instituição familiar tem por objetivo tanto a reprodução cotidiana – material e simbólica – de seus membros como a produção de uma nova geração (BILAC, 2003).

Ainda em termos sociológicos, existem diversas formas de classificação de famílias a partir das informações de grupos de pessoas – com relações de parentesco– em um local de residência. Uma das classificações mais conhecidas é o conceito parsoniano de *família nuclear*, que corresponde ao arranjo familiar formado por pai, mãe e filhos residentes em um domicílio (GOLDANI, 2004).

Sob influência do funcionalismo parsoniano, a família nuclear seria o arranjo predominante nas sociedades contemporâneas, urbanas e industriais, pois garantiria a sua reprodução (THERBORN, 2006; OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011). As forças sociais da industrialização e da urbanização promoveriam a tendência das famílias de se organizar como família nuclear em uma casa, com menor relevância para as famílias extensas. Em uma sociedade marcada pela competitividade e pela mobilidade, a família nuclear

seria um arranjo domiciliar fundamentado no casamento, com forte diferenciação dos papéis sexuais. Nesse modelo, o homem seria o principal provedor de recursos econômicos e a mulher a mantenedora do bem-estar da residência, dedicada aos serviços domésticos (BILAC, 1991).

O conceito de família nuclear é, portanto, relacionado à residência em um domicílio. Contudo, a família não está restrita a um grupo de pessoas residentes em uma casa, como aponta a literatura demográfica sobre formação de arranjos domiciliares. As dimensões de parentesco e de residência não necessariamente são coincidentes, pois as relações familiares podem estender-se para além da unidade de residência (GOLDANI, 1993; FAVARO, 2009; BURCH, 1995).

Os membros de um arranjo domiciliar podem contar com a ajuda de outros parentes ou de não parentes (vizinhos e amigos) para a manutenção das funções domésticas. Por exemplo, isso ocorre em uma família formada por pai, mãe e filhos, em que um dos seus membros migra para outra localidade e ajuda a sustentá-la por meio de remessas monetárias, ou quando os avôs ou as avós não residentes se oferecem para auxiliar no cuidado das crianças e adolescentes. Além disso, existem grupos de pessoas que residem juntas, mas não formam uma família, conforme mostra a literatura antropológica (BENDER, 1967).

As pesquisas domiciliares possuem conceitos de família que a relacionam com a coresidência em um domicílio. Isso ocorre na PNAD 2006, que define família como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2006a, p. 22). A PCV 2006 define família como o “conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consanguinidade, adoção ou afinidade), assim como a pessoa que vive só” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a, p. 7). A PNDS 2006 compreende a família como todos os membros, parentes ou não, residentes no mesmo domicílio e ligados por laços de parentesco ou convivência (OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011).

Conforme Wajnman (2012), os censos e as pesquisas amostrais permitem inferir conhecimentos sobre as chamadas “famílias domiciliares”, que são a intersecção de informações sobre os grupos domiciliares (isto é, as pessoas residentes) e os grupos familiares (pessoas com relações de parentesco, que podem ou não residir em um mesmo domicílio).

A composição de um arranjo domiciliar não é gratuita e a presença ou ausência de uma figura familiar (pai, mãe, filho, neto) em um domicílio pode refletir cursos de vida e contingências de seus membros (BILAC, 2003). Nesse sentido, as pesquisas domiciliares constituem uma importante fonte de dados para as pesquisas quantitativas sobre as famílias, seus componentes e suas condições de vida.

A análise da composição familiar pode ser feita em termos da identificação de três características dos arranjos domiciliares: (I) conjugalidade ou monoparentalidade, (II) isolamento ou ampliação e (III) presença ou ausência de prole residente (BILAC, 2003).

A primeira característica se refere à presença de *núcleo reprodutivo*, isto é, da unidade mínima de reprodução: casal e prole, pai e prole ou mãe e prole, ou casal. Segundo Oliveira; Vieira e Barros (2011), um núcleo reprodutivo é um tipo de núcleo familiar, mas não necessariamente equivale ao conceito parsoniano de família nuclear. Na realidade, um núcleo familiar refere-se à presença de duas ou mais pessoas unidas pelo vínculo básico de filiação ou de aliança (OLIVEIRA; VIEIRA; BARROS, 2011). Quando há um casal residente, a família é chamada de conjugal ou biparental, e quando somente reside um dos pais é monoparental (BILAC, 2003).

A família também pode ser *ampliada* ou *isolada*, o que diz respeito às relações entre a unidade mínima de reprodução e demais parentes (ascendentes, colaterais, descendentes e afins). Se o grupo residente em um domicílio permanece restrito à unidade mínima de reprodução, é chamado de isolado, e se envolve outros parentes, ampliado (BILAC, 2003).

A terceira característica é a presença ou ausência de *prole*, isto é, de filhos residentes em um domicílio. Esta característica é útil para a identificação do ciclo de vida familiar, como veremos adiante (BILAC, 2003). Assim, de acordo com as características discutidas, um arranjo domiciliar composto por uma família nuclear é classificado como biparental e isolado.

A análise da composição familiar das unidades domiciliares pode ser complementada pelo estudo do ciclo de vida familiar. Um aspecto relevante dessa teoria é mostrar que a família é dinâmica, isto é, a sua composição modifica-se ao longo do tempo. As fases do ciclo de vida familiar seriam: formação pelo casamento, expansão (com o nascimento dos filhos), consolidação (período em que a família ainda conta com filhos, mas sem o nascimento de novos filhos) e dispersão (a fase do “ninho vazio”, quando os filhos saem de casa). Nesse sentido, uma família sem prole pode ainda não ter filhos porque está em sua fase inicial ou já se encontra em sua última fase (BILAC, 2003).

Outra possibilidade de análise do ciclo de vida consiste em verificar a idade dos filhos presentes nos arranjos. As famílias em estágio de expansão seriam aquelas em que o filho mais velho tivesse até 12 anos, aquelas em estágio de consolidação teriam o filho mais velho com idade entre 13 e 17 anos e aquelas em estágio de dispersão contam com filhos de 18 anos ou mais (GOLDANI, 2004).

As famílias contemporâneas se organizam em arranjos não previstos pela abordagem do ciclo de vida familiar ou que não se comportam de acordo com o modelo da família nuclear (BILAC, 2003). Ademais, a noção de curso de vida, em vez de supor uma continuidade abstrata no ciclo de vida familiar,

ênfatisa as trajetórias individuais nos processos de criação, expansão e dissolução familiar (ITABORAÍ, 2015).

Em relação à diferenciação conceitual de família e domicílio, Bender (1967) sugere que as ambiguidades relacionadas a esses conceitos se devem à falta de uma clara distinção entre família, coresidência e funções domésticas. Ainda que seja frequente encontrar pessoas que compartilhem a residência (coresidência), possuam relações de parentesco e realizem as funções domésticas, não necessariamente esses três âmbitos dos arranjos domiciliares são coincidentes (BENDER, 1967).

As funções domésticas seriam as atividades relacionadas às necessidades cotidianas de um domicílio, tais como as tarefas de cuidado de preparação das refeições, saúde, formação das crianças e descanso dos moradores. Além de serem realizadas pelo grupo de pessoas residentes em um domicílio, essas atividades podem ser feitas por pessoas que não pertencem ao domicílio (BENDER, 1967). Por exemplo, os serviços de cuidado das crianças podem ser realizados diretamente pelos pais, com o apoio de outros parentes, de vizinhos e amigos e por serviços privados ou governamentais de educação infantil.

Em relação à formação de novos arranjos domiciliares, é conhecida a visão utilitarista de Gary Becker (1981) que compreende as relações familiares como se fossem relações de mercado. Nessa concepção, a provisão de certos bens domiciliares – ou seja, que são obtidos ao se residir em um domicílio – seria um elemento central da escolha de um tipo de arranjo domiciliar. As pessoas escolheriam um arranjo domiciliar a fim de maximizar o acesso a esses bens domiciliares, a partir da sua renda disponível e dos preços de mercado. Esses bens podem ser: abrigo físico; uma forma de administrar a propriedade privada; o fornecimento de serviços domésticos ou de cuidado pessoal; companheirismo; recreação; privacidade; poder ou autoridade; independência (ou autonomia); e, finalmente, economias de escala no seu consumo. Além disso, a decisão de formar um domicílio estaria muito relacionada à redução do custo financeiro da habitação e dos bens domiciliares, obtidos pelo ato de compartilhar a residência com outras pessoas (BURCH, 1995).

A concepção de família de Becker recebeu diversas críticas. A formação de um novo arranjo domiciliar envolve decisões subjetivas que não se restringem a motivações estritamente econômicas. Além disso, essa teoria não leva em conta o dinamismo das estruturas familiares, pois a escolha de um arranjo domiciliar seria mais compreensível como um *processo*, com causas múltiplas, e não como um equilíbrio de mercado típico dos modelos microeconômicos (BURCH, 1995).

O estudo da dinâmica da composição dos arranjos familiares pode ser integrado a uma análise multidimensional da pobreza. Para Sen (2000), a vida familiar, isto é, compartilhar um lar e viver

conjuntamente, envolve interesses congruentes e conflitantes que são resolvidos por meio de padrões de comportamento sobre os quais existe um acordo implícito. Contudo, tais padrões podem não ser igualitários (SEN, 2000).

Nesse sentido, um padrão não igualitário das relações familiares no Brasil é observado em relação à responsabilidade pelo domicílio, isto é, a quem cabe realizar as funções domésticas ou o cuidado da casa. De modo predominante, constata-se que as mulheres assumem uma parcela considerável das funções domésticas. Essa divisão sexual do trabalho doméstico dificulta gravemente a vida cotidiana das mulheres trabalhadoras, pois experimentam a dupla jornada de trabalho – no mercado e no domicílio –, o que produz perdas de bem-estar e prejudica a independência feminina, conforme apontam os dados da PNAD na década de 2000 (DEDECCA; RIBEIRO; ISHII, 2008). Assim, a falta de equidade de gênero tende a agravar situações de insuficiência de renda, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e outras formas de privação de liberdades para os membros dos arranjos domiciliares mais pobres, particularmente para as mulheres (SEN, 2000).

Além disso, sem deixar de lado a questão das relações de gênero, não se pode desprezar a importância da provisão de renda para o bem-estar e a realização das capacidades dos membros dos arranjos domiciliares pobres (SEN, 2000). Em sua análise multidimensional da pobreza, Sen (2000) propõe a “perspectiva das capacidades”. Esta perspectiva considera que o desenvolvimento consiste no processo de expansão de capacidades (*capabilities*) ou de liberdades substantivas das pessoas para promover seus objetivos e escolher um estilo de vida que elas com razão valorizam. Nesse sentido, a pobreza é vista como privação de capacidades (SEN, 2000).

A participação no mercado de trabalho é uma das principais fontes de rendimento. Mas, em uma situação de crise econômica e elevados níveis de desemprego, a existência de uma renda mínima que permita a manutenção das funções domésticas seria um componente básico de uma rede de proteção social e um pré-requisito para a condição de agente das pessoas pobres. Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece o direito à proteção social com o fim de desenvolver capacidades para maior autonomia dos indivíduos (BRASIL, 2004). Assim, há estudos empíricos sobre a pobreza que buscam medir os recursos econômicos dos arranjos domiciliares com privação de renda e a efetividade dos programas de proteção social (BARTHOLO; ARAÚJO, 2008; APARICIO, 2012).

Os membros de um arranjo familiar podem compartilhar um orçamento único e, assim, cobrir as despesas de manutenção das funções domésticas. Além disso, a renda domiciliar pode ser complementada com o auxílio de redes sociais formadas por parentes não residentes no domicílio, vizinhos e amigos. Juntamente com a cooperação econômica dos membros do domicílio e das redes

sociais, os programas governamentais de transferência monetária e não monetária constituem importantes instrumentos de uma rede de segurança social para as pessoas pobres, particularmente em situações de elevado nível de desemprego (SEN, 2000).

O custo de manutenção das funções domésticas pode ser impactado pela existência de heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no ambiente social, diferenças de perspectivas relativas e desigualdade na distribuição intrafamiliar de renda, o que pode ter efeitos significativos sobre o bem-estar e as liberdades substantivas dos membros dos domicílios pobres (SEN, 2000). Estes aspectos podem ser analisados em um estudo empírico da relação família-pobreza.

Aqui pode ser destacada a questão da presença de pessoas dependentes em um arranjo domiciliar, isto é, aquelas pessoas fora do mercado de trabalho pela idade (criança, adolescentes, idosos), por motivo de doença ou porque são portadoras de necessidades especiais. Por exemplo, duas famílias possuem o mesmo nível de renda domiciliar, mas se uma delas tem mais dependentes do que a outra, o nível de bem-estar e de liberdade desfrutado por cada um dos membros dessa família pode ser menor em comparação com a outra (SEN, 2000).

A existência de diversidades ambientais pode representar um custo adicional para a manutenção das funções domésticas, por exemplo, a localização de um domicílio em áreas de risco de enchentes ou de desmoronamento. Nesse caso, o nível de bem-estar e de liberdade dos membros do domicílio com risco ambiental seria relativamente inferior em comparação com o outro domicílio localizado em uma área mais segura, ainda que a renda de ambos os domicílios seja idêntica (SEN, 2000).

Essas questões evidenciam a complexidade analítica do estudo da pobreza e a relevância do seu entendimento como um fenômeno multidimensional, em que um elemento importante desta análise é a dinâmica de formação e estruturação dos arranjos familiares.

1.2 Famílias e domicílios nas pesquisas quantitativas sobre a relação família-pobreza no Brasil

A história econômica do Brasil evidencia claramente que o desenvolvimento econômico não necessariamente se traduz em desenvolvimento humano. Houve um acelerado período de expansão econômica e de mobilidade social nas décadas de 1960 e 1970, mas a questão da pobreza não foi equacionada. Nas décadas de 1980 e 1990, o instável desempenho econômico ampliou os segmentos populacionais em situação de pobreza (FUNDAÇÃO SEADE, 1992; IPEA, 2010a).

As mudanças institucionais na política social decorrentes da Constituição de 1988 contribuíram para a consolidação de uma rede de proteção social no país. Nesse sentido, a Constituição cidadã redesenhou a política de seguridade social ao reunir as ações de previdência social, assistência social e

saúde com os seguintes princípios: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência de benefícios e serviços para todos; irredutibilidade do valor dos benefícios; descentralização da gestão, com ações intergovernamentais e participação da comunidade. Por conseguinte, houve uma expansão da cobertura da previdência social, da assistência social e da saúde que parece ter amenizado em parte o empobrecimento da população nos períodos críticos da economia brasileira nas últimas décadas (FUNDAÇÃO SEADE, 2008; IPEA, 2011).

O início de uma nova fase de crescimento econômico em 2004, articulada com uma rede de proteção social melhor estruturada, teria resultado em uma importante redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza, o que pode ser verificado pela evolução dos indicadores de distribuição de renda e dos indicadores sintéticos multidimensionais (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006; TORRES; BICHR; CARPIM, 2006; IPEA, 2010a).

A retomada do crescimento econômico a partir de 2004 permitiu uma queda na desigualdade de renda por meio da recuperação do rendimento médio real, para a qual dois fatores foram determinantes: os maiores níveis de ocupação e o aumento do salário mínimo em termos reais. A política salarial teria contribuído para o aumento do rendimento médio real não somente por meio da remuneração do trabalho, mas também pelo aumento do valor dos benefícios previdenciários dentro do Regime Geral de Previdência Social (IPEA, 2010a).

Assim, os dados da PNAD entre 2004 e 2009 indicam uma redução da proporção de domicílios com rendimento *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Ao mesmo tempo, há melhoras nos indicadores sociais de educação, saúde, habitação e saneamento básico, o que confirma uma importante redução da pobreza no Brasil na década de 2000 (IPEA, 2010a; 2011). Contudo, após uma década de crescimento econômico e de avanços na igualdade social, a literatura mostra um aumento na pobreza e na pobreza extrema a partir de 2015 (CEPAL, 2018).

Os dados de composição domiciliar da PNAD para o Brasil indicam que a maior parte dos arranjos domiciliares possui pessoas na condição de filhos. No entanto, houve redução do número médio de filhos por arranjo nesse período, o que está de acordo com o processo de transição da fecundidade (GOLDANI, 2004; IPEA, 2010b).

A transição da fecundidade no Brasil desencadeou a queda das taxas de crescimento populacional e uma rápida e contínua redução do tamanho médio da família nas últimas décadas (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006). O declínio da fecundidade foi vertiginoso, pois a taxa de fecundidade total (TFT) diminuiu de 5,8 filhos nascidos vivos por mulher em 1970 para 2,3 em 2000 (CARVALHO; BRITO, 2005).

A taxa de fecundidade total (TFT) no Estado de São Paulo teve uma variação negativa de 50,0% entre 1980 e 2009. A TFT para o Estado passou de 3,4 filhos por mulher para 1,7 filho por mulher. Essa mudança teve início nas famílias com maior poder aquisitivo, mas atingiu na década de 2000 os segmentos sociais mais pobres. Nessa década, a maior retração da fecundidade se deu entre as mulheres mais jovens, com idade até 30 anos. Em consequência, aumentou a idade média da fecundidade de 26,4 anos, em 2000, para 27,1 anos em 2009 (FUNDAÇÃO SEADE, 2011).

Em relação às principais configurações de composição domiciliar no Brasil, constata-se que a família nuclear é o arranjo domiciliar mais frequente, mas existe uma maior ocorrência de outros arranjos desde a década de 1970 (GOLDANI, 2004). Conforme os dados da PNAD, os arranjos nucleares (casal e filhos) são os predominantes no país, mas a sua participação reduz-se de 62,8% em 1992 para a metade em 2009. Em contrapartida, a PNAD mostra uma proporção crescente de domicílios formados por mãe e filhos, que passam de 12,3% em 1992 para 15,4% do total de arranjos domiciliares em 2009 (IPEA, 2010b).

Nota-se também uma tendência de crescimento de unidades domiciliares com casais sem filhos e unipessoais desde a década de 1990. Entre 1992 e 2009, os casais sem filhos ampliam-se de 11,7% para 16,2% dos domicílios brasileiros. Embora uma parcela considerável destes arranjos sejam famílias nucleares em fase de dispersão, tal composição pode ocorrer por escolha do casal (BILAC, 2003). Também ocorre uma expansão dos arranjos domiciliares unipessoais de 11,6% para 16,4% (IPEA, 2010b). Além disso, observa-se também uma maior presença dos arranjos ampliados na população brasileira, em que se destacam os arranjos monoparentais e biparentais com parentes (IPEA, 2010b). Por um lado, os novos padrões de casamentos, divórcios e recasamentos – associados a mudanças na legislação sobre famílias – tendem a ampliar os limites dos grupos de parentesco de forma a incluir novos membros (GOLDANI, 1993). Os estudos de nupcialidade mostram um aumento na idade média ao casar no Brasil (FUNDAÇÃO SEADE, 2013; ITABORAÍ, 2015), o que tem efeitos tanto sobre a fecundidade quanto sobre a formação de novos domicílios. Por outro lado, os processos de ampliação e de contração dos arranjos domiciliares parecem constituir estratégias familiares que respondem a estrangulamentos cambiantes de várias ordens – demográfica, social, cultural, econômica (BILAC, 2003).

Nesse sentido, os arranjos domiciliares ampliados podem ser vistos como estratégias familiares para as pessoas em situação de pobreza (BILAC, 2003). A cooperação econômica dos membros do domicílio seria um dos principais instrumentos de proteção social para as pessoas mais pobres. Assim, a incorporação de parentes observada nos domicílios pobres com estrutura familiar complexa pode estar associada, em parte, à manutenção das funções domésticas.

Um exemplo de estrutura familiar complexa seria a presença de núcleos aparentados em um domicílio. Nessa situação, o domicílio possui uma “família principal” ou a família do chefe do domicílio, constituída por casal e filhos, e uma “família adicional” – formada por casal, casal e filhos ou chefe e filhos – que é chefiada por um dos filhos do chefe e/ou do cônjuge do domicílio (BILAC, 2003).

Os arranjos monoparentais – formado por chefe e filhos – podem constituir um grupo isolado ou uma estrutura familiar complexa quando se incorporam a um domicílio de parentes ou quando atraem outros parentes. Uma situação de ampliação pode ocorrer nos arranjos monoparentais de chefia feminina com crianças sem acesso a uma escola pública de educação infantil. Nessa situação, a presença de um parente que possa cuidar das crianças permite que a mulher chefe do domicílio adquira um trabalho remunerado fora de casa (BILAC, 2003).

Assim, a presença das estruturas familiares complexas entre os domicílios pobres estaria relacionada a baixos níveis de renda familiar que levam ao compartilhamento das despesas com habitação por meio da associação de núcleos aparentados. Além disso, políticas públicas de apoio à família pouco efetivas – tais como a transferência de renda ou os programas de apoio ao cuidado de idosos ou das crianças– podem estimular a formação desses arranjos, visto que os arranjos familiares ou as redes de parentesco têm de fornecer tais cuidados (BILAC, 2003).

Um estudo da população urbana da região Sudeste com dados da PNAD para a década de 1990 aponta que os arranjos domiciliares formados por “famílias conviventes” envolvem basicamente famílias adicionais que possuem relação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio. Nessa região, verifica-se que a maior parte das famílias adicionais compreende núcleos reprodutivos aparentados com arranjos monoparentais, em primeiro lugar, e biparentais, em segundo lugar. Tais resultados sugerem que, na maioria dos casos, os domicílios com mais de uma família seriam, na verdade, uma única família ampliada e de estrutura mais complexa (BILAC, 2003).

A questão dos domicílios de organização complexa com mais de uma família ou com “famílias conviventes” foi discutida no âmbito das políticas habitacionais. As metodologias de cálculo das necessidades habitacionais envolvem o estudo dos domicílios com déficit ou inadequação habitacional. O fenômeno do déficit habitacional é considerado uma grave situação de pobreza, pois envolve a existência de condições de moradia tão precárias que exigem a sua substituição. No entanto, algumas metodologias incluem na medição do déficit habitacional todos os domicílios com mais de uma família (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001), o que é contestado por outros estudos (BILAC, 2003; FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

O crescimento dos arranjos domiciliares de chefia feminina em todo o mundo desencadeou uma série de discussões nas instituições internacionais de desenvolvimento e no meio acadêmico sobre a face feminina da pobreza. A situação desfavorável da mulher em diversas áreas da sociedade ajudou a disseminar a visão da “feminização da pobreza” entre pesquisadores e formadores de opinião pública, mas estudos empíricos não corroboram essa teoria, tanto no Brasil como em outros países (CEPAL, 2004; CHANT, 1999; COSTA et al., 2005). Um estudo empírico da pobreza no Brasil entre 1983 e 2003 – com base nos dados da PNAD de renda domiciliar *per capita* – não encontrou evidência para tal hipótese. Houve uma expansão dos domicílios de chefia feminina (pobres e não-pobres) na população brasileira e, devido a esse efeito demográfico, um aumento das pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres nesse período (COSTA et al., 2005).

A medição da pobreza em termos da renda domiciliar *per capita* constatou uma sobrerrepresentação de pessoas vivendo em domicílios formados por casais com filhos e por arranjos monoparentais entre os pobres no Brasil. Isso indica que a maior incidência de pobreza nesses arranjos não se relacionaria tanto com o tipo de chefia domiciliar (masculina ou feminina), mas com a presença de filhos (COSTA et al., 2005).

Em outro estudo, verifica-se que o rendimento domiciliar médio total e *per capita* dos arranjos domiciliares nucleares com casais jovens tende a ser menor do que o rendimento daqueles formados por casais de idade mais avançada, devido, por um lado, ao início da vida profissional e da vida reprodutiva da pessoa de referência e de seu cônjuge e, por outro, ao maior peso da renda de benefícios previdenciários para o orçamento dos arranjos com idosos (CAMARANO et al., 2006).

Nessa mesma direção, Goldani (2004) considera que os arranjos domiciliares com maior exposição à pobreza seriam aqueles com filhos, particularmente aqueles em sua fase de expansão quanto ao ciclo de vida, com chefes e/ou cônjuges jovens e filhos menores de 14 anos. Como vimos anteriormente, dadas as suas heterogeneidades pessoais, os serviços de cuidado dos filhos demandariam maior quantidade de recursos econômicos para a manutenção das funções domésticas. No entanto, os membros dos arranjos domiciliares pobres possuem sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho – com maiores proporções de pessoas desempregadas ou com ocupações precárias e menores níveis de rendimento domiciliar *per capita* médio – devido, de modo particular, ao menor grau de escolaridade (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003). Além disso, as taxas de desemprego tendem a ser mais elevadas para a população jovem (FUNDAÇÃO SEADE, 2007), o que pode ampliar a vulnerabilidade à pobreza de arranjos domiciliares com chefe e/ou cônjuge jovem sem acesso a algum sistema de proteção social.

Outra explicação da relação família-pobreza, de Montali e Tavares (2008), trata dos aspectos relativos ao impacto de mudanças no mercado de trabalho sobre diferentes tipos de arranjos domiciliares nas regiões metropolitanas brasileiras.

A reestruturação produtiva da economia brasileira desde o início dos anos 1990 desencadeou a precarização das relações de trabalho e a queda dos rendimentos do trabalho, com redução do assalariamento regulamentado e crescimento de formas de vinculação menos protegidas, como trabalho autônomo, assalariamento sem carteira assinada e a instauração de novas formas de contratação. Tais mudanças do padrão de emprego decorrentes da reestruturação produtiva tiveram impacto sobre a participação feminina no mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras (BORGES, 2006; MONTALI; TAVARES, 2008). Adicionalmente, o baixo crescimento da economia brasileira nos anos 1990 e início dos anos 2000 foi determinante para a fraca criação de postos de trabalho e o maior nível de desemprego até 2004 (MONTALI; TAVARES, 2008).

Conforme aponta Montali (2006) em seu estudo para a Região Metropolitana de São Paulo, até meados da década de 1990 os homens chefes de domicílio e filhos adultos contavam com os maiores níveis de assalariamento regulamentado e as melhores remunerações em comparação com as mulheres, que predominantemente possuíam ocupações mais precárias. A reestruturação produtiva foi mais prejudicial especificamente para os provedores masculinos– devido ao maior nível de desemprego no mercado de trabalho regulamentado – e promoveu a redução dos rendimentos domiciliares médios entre 1990 e 2003. Como forma de enfrentamento do desemprego, houve uma expansão dos níveis de participação e de ocupação das mulheres chefes e cônjuges, o que representou um novo padrão de provisão domiciliar que constitui uma mudança significativa na relação família-trabalho e nas relações de poder na família (MONTALI, 2006). Nesse sentido, os resultados da PNAD confirmam a crescente importância das mulheres como provedoras no Brasil. O nível de contribuição das mulheres para o rendimento total dos arranjos domiciliares aumentou de 30,0% em 1992 para 40,0% em 2009 (IPEA, 2010b).

Nas décadas de 1990 e 2000, a reestruturação produtiva da economia brasileira tem efeito especialmente sobre alguns tipos de arranjos domiciliares, que seriam mais vulneráveis ao empobrecimento por apresentar uma composição familiar desfavorável para a inserção dos seus componentes no mercado de trabalho (MONTALI; TAVARES, 2008).

Segundo informações da PNAD para as regiões metropolitanas brasileiras, em 2004 e 2006 verifica-se que os casais com filhos e/ou parentes em fase de expansão e consolidação e os arranjos chefiados por mulheres (sem cônjuge) com filhos e/ou parentes mostram-se os arranjos domiciliares

mais vulneráveis ao empobrecimento, porque registram os menores níveis de renda domiciliar *per capita* médio, as mais elevadas concentrações entre os decis inferiores de renda e as menores taxas de geração de renda (em termos de componentes que contribuem para a renda domiciliar) (MONTALI; TAVARES, 2008).

As características de composição e os momentos do ciclo de vida desses arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento são: (i) casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes: quase todos os filhos possuem menos de 14 anos, o que remete à fase de expansão, quando ocorrem os nascimentos; (ii) casal com idades entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes: os filhos dividem-se entre menores e maiores de 14 anos, o que está mais próximo da fase de consolidação; (iii) arranjos com chefe feminina sem cônjuge e com a presença de filhos e/ou parentes: cerca de um terço possui filhos com menos de 14 anos, um terço com filhos entre 14 e 24 anos e um terço acima de 24 anos. Portanto, todos esses arranjos incluem pessoas na condição de filhos e os dois últimos tipos possuem jovens entre seus componentes (MONTALI; TAVARES, 2008).

A presença de jovens nos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento acaba sendo um agravante para a manutenção das suas funções domésticas devido à crise do emprego jovem verificada a partir da década de 1990 (MONTALI; TAVARES, 2008).

Para os arranjos nucleares em fase de expansão e de consolidação, constata-se que os parentes constituem menos de 10,0% de seus componentes, sendo que metade deles possui menos de 18 anos. Portanto, a provisão ou a manutenção financeira do domicílio depende basicamente do casal nesses arranjos (MONTALI; TAVARES, 2008).

Os arranjos monoparentais com chefia feminina contam com uma ocorrência maior de parentes. Além da presença de idosos, há um volume maior de parentes menores de 18 anos, sugerindo a presença de famílias extensas. Por um lado, a presença de idosos pode atenuar o empobrecimento, pois podem contribuir com a renda do trabalho ou de pensões e aposentadorias. Por outro lado, a maior presença de parentes menores de 18 anos pode reforçar a vulnerabilidade ao empobrecimento desses arranjos (MONTALI; TAVARES, 2008).

Com a recuperação da economia brasileira na década de 2000, houve certa elevação do nível de emprego e, particularmente, do emprego regulamentado entre 2004 e 2006, mas com pequena recuperação na renda dos ocupados. Para os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento, constata-se uma menor proporção de domicílios sem rendimento e o crescimento daqueles com rendimento *per capita* até meio salário mínimo e de meio a um salário mínimo. Contudo, apesar dessa pequena recuperação da renda dos ocupados, tanto os programas de transferência de renda quanto as condições

do mercado de trabalho ainda possuem efeito limitado em termos de queda da pobreza (MONTALI; TAVARES, 2008).

Entre os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento, a menor taxa de geração de renda foi registrada para os arranjos formados por casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes. Em seguida, aparecem os arranjos formados por casal entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes. A maior taxa de geração de renda foi a dos arranjos monoparentais femininos, o que evidencia o empenho desse arranjo – principalmente da pessoa de referência – para a provisão domiciliar (MONTALI; TAVARES, 2008).

Alguns estudos apontam que o processo de envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida, em conjunto com a recente expansão da rede de proteção social, têm efeitos favoráveis sobre a distribuição de renda no Brasil, particularmente para os domicílios com pessoas idosas (FUNDAÇÃO SEADE, 2010; GOLDANI, 2004; IPEA, 2009).

Na década de 2000, a maior parte dos gastos sociais foi aplicada em pensões e aposentadorias, sendo menor a parcela aplicada em programas sociais de transferência de renda. No entanto, observa-se nesse período uma ampliação da cobertura dos benefícios previdenciários e dos programas de assistência social, em particular daqueles voltados para a transferência condicionada de renda a famílias pobres, o que teria sido fundamental para a recente redução da pobreza e da concentração de renda no país. Além disso, o impacto da política previdenciária seria reforçado pela atual tendência de crescimento da população idosa no país (IPEA, 2009).

Com efeito, constata-se uma crescente contribuição dos idosos para a provisão da renda domiciliar na década de 2000, em especial nos arranjos domiciliares pobres (IPEA, 2010b). Não somente há uma maior participação da renda de pensões e aposentadorias, mas também os idosos assumem o papel de provedor com a renda derivada de sua participação no mercado de trabalho. Em muitos casos, a existência de arranjos ampliados em que a pessoa de referência possui idade mais avançada estaria relacionada à presença de filhos ou netos desempregados que contam com a ajuda financeira das pessoas idosas (FUNDAÇÃO SEADE, 2010; GOLDANI, 2004; IPEA, 2010b).

Em um quadro de políticas de apoio à família pouco efetivas, a cooperação econômica dos membros do domicílio torna-se um dos principais instrumentos de proteção social para as pessoas mais pobres no país. A relação família-pobreza possui diversas facetas em termos da composição dos arranjos familiares, do ciclo de vida familiar, da presença de pessoas dependentes, da faixa etária dos responsáveis pelo domicílio e da existência de redes sociais de solidariedade. Esta discussão evidencia a

necessidade de conhecer adequadamente a operacionalização dos conceitos de famílias e domicílios a fim de aperfeiçoar o processo de construção de dados nos estudos empíricos das ciências sociais.

2. METODOLOGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE FAMÍLIA E DOMICÍLIO NA PNAD 2006 E NA PCV 2006

2.1 Fontes de dados

Nesta seção, discute-se as diferenças de operacionalização dos conceitos de família e domicílio no tratamento dos dados da PNAD e da PCV e as suas consequências sobre o entendimento da estruturação e da medição dos arranjos domiciliares.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) são levantamentos domiciliares por amostragem com amplo escopo de temas, sendo que, em 2006, a PNAD abrange todo o Território Nacional e a PCV investiga o Estado de São Paulo.

Segundo IBGE (2006a), o sistema nacional de pesquisas domiciliares foi progressivamente implantado no Brasil por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), iniciada em 1967. A sua finalidade é a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2006a).

A PNAD é uma coleta primária domiciliar que investiga algumas temáticas em caráter permanente – como as características gerais da população, fecundidade, educação, trabalho, rendimento e habitação – e outros com periodicidade variável – como as características sobre migração, nupcialidade, saúde, nutrição e outros aspectos – de acordo com as necessidades de informação do governo brasileiro (IBGE, 2006a).

No início, a PNAD tinha periodicidade trimestral. Desde 1971, a PNAD é anual, sendo que o levantamento de campo é feito no último trimestre de cada ano. A pesquisa não é realizada nos anos em que há Censo Demográfico (IBGE, 2006a).

A atual abrangência geográfica da PNAD foi gradativamente alcançada. Quando se tornou um levantamento anual, a PNAD foi feita nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul. Em 1973, a pesquisa compreendia as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e as áreas urbanas da região Norte e demais unidades da Federação da região Centro-Oeste. Em 1981, a abrangência foi ampliada com as seguintes unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Esta abrangência somente excluía a área rural da antiga região

Norte. Em 2004, a área rural dessas unidades foi incluída e a pesquisa alcançou a cobertura completa do Território Nacional (IBGE, 2006a).

A PNAD permite o estudo da população do Estado de São Paulo anualmente desde a década de 1970. Os dados podem ser desagregados para a Região Metropolitana de São Paulo (IBGE, 2006a)².

A Pesquisa de Condições de Vida (PCV) da Fundação Seade surgiu em 1990. A partir de uma abordagem multidimensional da pobreza, a pesquisa foi construída a fim de permitir estudos de pobreza urbana não só em relação à renda, mas também em termos de condições habitacionais, educacionais, de saúde e de emprego da população, e contribuir para uma avaliação da intervenção do Estado na área social, conforme Fundação SEADE (1992).

Houve três coletas de dados na década de 1990 e uma na década de 2000. A primeira coleta de dados foi realizada em 1990 para a Região Metropolitana de São Paulo. Em 1994, a sua abrangência foi ampliada para o interior do Estado de São Paulo. Nesse ano, a pesquisa foi aplicada na Região Metropolitana de São Paulo e nos municípios do interior do Estado de São Paulo com população urbana igual ou superior a 80 mil habitantes. Em 1998, a sua base amostral foi novamente ampliada para todos os municípios paulistas com população urbana superior a 50.000 habitantes. Em 2006, foi realizada a quarta coleta de dados da PCV em que foram investigados os domicílios dos setores censitários da área urbana e da área rural com características urbanas (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Em 2006, o levantamento de campo da PCV foi realizado de junho a novembro no Estado de São Paulo. Nesse ano, a amostra permite que os dados sejam desagregados para as regiões administrativas do Estado e suas três regiões metropolitanas: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana de Campinas. Isso confere à PCV a característica de ser a única pesquisa domiciliar com dados para todas as regiões administrativas e metropolitanas do Estado (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Em relação ao escopo temático, a PNAD de 2006 investiga características dos domicílios e características gerais das pessoas, o que abrange os dados de composição domiciliar, migração, educação, fecundidade, trabalho e rendimento. Para cada membro dos domicílios, são coletadas informações sobre idade, sexo, raça, condição no domicílio e na família, situação conjugal, presença de mãe viva e existência de registro de nascimento. Nesse ano, a PNAD investiga também a temática dos

² Este estudo se restringe à comparação das metodologias da PCV 2006 e da PNAD 2006. O IBGE implantou a PNAD Contínua em 2012, que tem por objetivo produzir indicadores para acompanhar as flutuações de curto prazo e a evolução a longo prazo da força de trabalho no país. Enquanto a amostra da PNAD inclui 1.100 municípios, a amostra da PNAD Contínua alcança 3.500 municípios (IBGE, 2015).

afazeres domésticos e possui um questionário suplementar sobre os programas governamentais de transferência de renda (IBGE, 2006a).

Já a PCV de 2006 investiga características dos domicílios particulares permanentes e características gerais das pessoas sobre migração, educação, acesso e utilização de serviços de saúde, participação associativa e acesso à internet, trabalho e rendimento (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Um dos principais objetivos da PCV 2006 é a produção de informações sobre a focalização e a cobertura dos programas sociais governamentais destinados a atenuar efeitos perversos da pobreza e miséria na composição do orçamento familiar. Assim, os seguintes programas de complementação de renda de abrangência nacional, estadual e municipal em vigência no Estado de São Paulo são investigados: Programa Bolsa Família (PBF); Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Pró-Jovem; Ação Jovem; Renda Cidadã; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Frente de Trabalho/Bolsa Trabalho/Operação Trabalho/Capacita Sampa; Programa de Renda Mínima das Prefeituras Municipais e outros programas municipais de transferência de renda (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A PNAD de 2006 também investiga esse tema, embora com um escopo menor de programas sociais governamentais de transferência de renda em comparação com a PCV. Os seguintes programas são investigados: Programa Bolsa Família (PBF); Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou “algum outro programa social do governo federal, estadual ou municipal” (IBGE, 2006b).

Portanto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) constituem levantamentos domiciliares por amostragem que permitem uma análise multidimensional da pobreza para o Estado de São Paulo devido ao seu amplo escopo temático. Em particular, ambas as pesquisas possuem uma abrangente investigação a respeito das características de composição familiar, o que reforça sua importância para os estudos empíricos das famílias.

O plano de amostragem da PNAD é baseado em uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias – municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares (particulares permanentes, particulares improvisados e coletivos). Para a seleção dos municípios e dos setores censitários é considerada a divisão territorial e a malha setorial do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2006a).

Além disso, o plano de amostragem da PNAD não realiza qualquer adaptação que considere os propósitos específicos dos temas suplementares ou determinadas características de populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente (IBGE, 2006a). No entanto, esta

característica não tem efeitos sobre o exercício empírico realizado neste estudo, que se aplica ao Estado de São Paulo.

Já a PCV seleciona uma amostra probabilística de domicílios particulares permanentes localizados nas áreas urbanas dos municípios paulistas. A população pesquisada pode ser dividida em conjuntos menores denominados domínios, definidos a partir de um estudo sobre a distribuição das regiões administrativas do Estado segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) elaborado pela Fundação Seade. Esses domínios abrangem as seguintes áreas: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana da Baixada Santista, Região Administrativa de Campinas, Região Administrativa de Sorocaba, Região Administrativa de São José dos Campos, Região Administrativa de Registro, Aglomerado Central Norte (composto pelas regiões administrativas Central de Bauru, Ribeirão Preto e Franca) e Aglomerado Noroeste (composto pelas regiões administrativas de Barretos, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente). Além disso, a amostra é planejada para fornecer dados para a Região Metropolitana de Campinas (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

O plano de amostragem aplicado a cada um dos domínios da PCV envolve duas etapas. A primeira consiste em uma amostragem por conglomerados em dois estágios, sendo a unidade do primeiro estágio o setor censitário do Censo Demográfico de 2000 e a do segundo estágio o domicílio particular permanente. A segunda etapa refere-se ao uso da técnica de *oversampling* com a finalidade de maximizar a participação de famílias de baixa renda na amostra e, assim, coletar dados daquelas pertencentes ao público alvo dos programas sociais governamentais focalizados de transferência de renda. Dessa forma, os setores censitários são classificados de acordo com o grau de vulnerabilidade à pobreza e a técnica é aplicada aos setores de média, alta e muito alta vulnerabilidade de acordo com o IPVS (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

O tamanho da amostra de domicílios da PCV é maior que o da PNAD nos levantamentos de 2006 para o Estado de São Paulo: 14.228 domicílios pela PNAD e 19.934 domicílios pela PCV, sendo que esta pesquisa apenas é aplicada aos domicílios particulares permanentes. Em relação à amostra da PNAD, em termos da espécie de domicílio, 14.192 são particulares permanentes 19 são particulares improvisados e 17 são coletivos (IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

TABELA 1 – Características dos domicílios particulares permanentes no Estado de São Paulo – 2006

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	PNAD		PCV	
	Número de domicílios da amostra	Estimativa	Número de domicílios da amostra	Estimativa
TOTAL	14.192	12.253.372	19.934	11.973.622
Número total de domicílios selecionados (com informação sobre rendimento nominal mensal)	13.709	11.833.987	17.433	10.240.243
Número de domicílios pobres (com rendimento nominal mensal <i>per capita</i> até ½ salário mínimo)	1.793	1.548.638	4.422	1.830.532

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

A fim de realizar uma análise empírica mais sólida, são selecionados os dados de domicílios particulares permanentes com informação de rendimento nominal mensal total, aos quais se aplica a linha de pobreza apresentada na Tabela 1. Para ambas as pesquisas, as estimativas sobre rendimento domiciliar incluem os domicílios com rendimento total declarado igual a zero. Em relação ao número estimado de domicílios particulares permanentes, as amostras equivalem a um volume de 12,2 milhões de unidades domiciliares segundo a PNAD e 11,9 milhões segundo a PCV.

Em termos de erro amostral, as estimativas apresentadas possuem um coeficiente de variação igual ou inferior a 20,0% tanto para a PNAD quanto para a PCV. Assim, de acordo com o cálculo do coeficiente de variação dessas pesquisas para o Estado de São Paulo em 2006, o tamanho das estimativas para um coeficiente de variação de 20,0% corresponde a 30.000 domicílios pela PNAD e 26.200 domicílios pela PCV (IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A Tabela 2 apresenta a distribuição de domicílios por faixas de renda mensal domiciliar *per capita* em termos de classes de salário mínimo (em valores nominais). Há diferentes proporções de domicílios pobres obtidos pela PNAD e pela PCV. Constata-se que a PCV indica uma proporção de 17,9% de domicílios que seriam pobres, enquanto a PNAD aponta uma proporção de 13,1%, conforme a linha de pobreza selecionada. Inversamente, há uma menor proporção de domicílios da faixa de renda superior na PCV em comparação com a PNAD.

TABELA 2 – Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo classes de renda nominal mensal domiciliar *Per Capitulo* Estado de São Paulo – 2006

CLASSES DE RENDA NOMINAL MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	Em %	
	PNAD	PCV
Até ½ salário mínimo (linha de pobreza)	13,1	17,9
Mais de ½ salário até 1 salário mínimo	25,6	28,0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	30,1	29,6
Mais de 2 até 3 salários mínimos	13,0	11,7
Mais de 3 salários mínimos	18,2	12,9
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Essa maior proporção de arranjos domiciliares pobres pela PCV em relação à PNAD poderia estar relacionada à linha de pobreza adotada nesta análise. No entanto, essa diferença também é encontrada ao se aplicar a metodologia de linha de pobreza de Rocha (2011) para o Estado de São Paulo, que propõe um nível de rendimento mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$266,15. Conforme tal linha de pobreza, a PNAD registra uma ocorrência de 25,6% de domicílios pobres, enquanto a PCV registra 31,1% (Tabela 3).

TABELA 3 – Proporção de domicílios pobres segundo linhas de pobreza no Estado de São Paulo - 2006

LINHAS DE POBREZA (1)	Em %	
	PNAD	PCV
Até ½ salário mínimo (R\$175,00)	13,1	17,9
Até R\$266,15	25,6	31,1

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Nível de renda nominal mensal domiciliar *per capita*

Outra possível explicação seria a de que os diferentes resultados de volumes de domicílios pobres estão associados às características dos planos de amostragem dessas pesquisas. A PCV 2006 tem a finalidade de captar informações sobre a população atendida por programas sociais governamentais

focalizados de transferência de renda. Assim, o seu plano de amostragem expandiu a amostra de domicílios de baixa renda, o que teria resultado em uma maior proporção de arranjos domiciliares pobres em comparação com a PNAD nesse ano.

Portanto, a maior ocorrência de domicílios de baixa renda na PCV em comparação com a PNAD seria explicada pelos seus planos de amostragem. Apesar dessa discrepância, os dados sobre domicílios com informação de rendimento mensal domiciliar total e *per capita* são significativos em termos estatísticos e permitem a construção deste exercício empírico.

2.2 Metodologia de operacionalização dos conceitos de família e domicílio

O estudo da relação entre família e pobreza torna necessário conhecer algumas possibilidades de análise demográfica da organização dos arranjos domiciliares. Inicialmente, verifica-se como ocorre a identificação da existência de relações de parentesco e de famílias em um domicílio na PNAD e na PCV. Em seguida, apresenta-se uma comparação metodológica dos resultados de quantificação dos arranjos domiciliares com uma classificação de Bilac (2003).

2.2.1 Identificação das famílias em um arranjo domiciliar

Os dicionários de variáveis da PNAD e da PCV apresentam definições específicas de domicílio e família e a operacionalização desses conceitos resulta em formas distintas de contagem das famílias em um domicílio (BILAC, 2003). Essa temática é aqui considerada a fim de compreender melhor as configurações de arranjos domiciliares encontradas no Estado de São Paulo em 2006 conforme cada uma dessas pesquisas.

Em relação ao estudo dos domicílios, existe uma distinção entre unidade de residência e unidade doméstica, que nem sempre é levada em conta nas coletas de dados domiciliares. Uma unidade doméstica é caracterizada por um grupo de pessoas que moram juntas em uma unidade de residência e compartilham um único orçamento, definido basicamente pela partilha das despesas com alimentos (BILAC, 2003).

Uma definição de domicílio recomendada pela ONU classifica os domicílios em unipessoais e multipessoais em termos da existência de unidade doméstica. Assim, os domicílios unipessoais são formados por um único membro que viabiliza a provisão de alimentos e outros bens essenciais, enquanto os multipessoais são formados por duas ou mais pessoas que compartilham a provisão desses bens (KEILMAN, 1995).

No Brasil, tanto a PNAD quanto a PCV adotam uma definição de domicílio como unidade de residência. A PNAD informa que “a pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos)” (IBGE, 2006a, p. 11). O domicílio é conceituado como o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Os domicílios classificados como particulares são os destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Os domicílios coletivos são os destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas, tais como “os destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais etc.) e, também, alojamento de trabalhadores em canteiros de obras” (IBGE, 2006a, p. 12). Dessa forma, a definição de domicílio não leva em conta o compartilhamento de um orçamento comum por parte dos moradores, mas somente a característica de ser uma unidade de residência.

A PCV investiga a população residente em domicílios particulares permanentes, definidos como “o local de moradia, constituído por um ou mais cômodos, com entrada independente e separação. Entende-se por entrada independente o acesso direto à moradia, sem passagem por cômodos destinados à moradia de outras pessoas, e, por separação, o local de moradia que é limitado por paredes, muro, cerca etc., além de ser coberto por um teto, o que permite às famílias ou às pessoas que o habitam isolarem-se das demais” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a, p. 7). Essa definição inclui também cortiços, pensões e hotéis (desde que tenham moradores que residam de forma permanente). Assim, tal como a PNAD, a PCV identifica o domicílio com a unidade de residência.

Em relação ao estudo das famílias, o dicionário de variáveis da PNAD define família como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2006a, p. 22). Entende-se “por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica” (IBGE, 2006a, p. 22).

Quando há mais de uma família em um domicílio, essas famílias são chamadas de “famílias conviventes” pela PNAD. Em um mesmo domicílio, cada família convivente é constituída por pelo menos duas pessoas, que formam o núcleo reprodutivo. Uma delas é a família do chefe do domicílio, que também é o chefe dessa família, identificada como a primeira família (IBGE, 2006a). Além disso, uma

regra básica de identificação de famílias em um domicílio pela PNAD é a de que uma família pode possuir somente um casal, de modo que a presença de dois ou mais casais implica a existência de famílias adicionais (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002).

Conforme IBGE (1990) *apud* Bilac (2003), as famílias conviventes na PNAD podem ser: pai e filho com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; irmãos com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; parentes com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; patrões e empregados com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; e amigos ou colegas com suas respectivas famílias no mesmo domicílio.

A PCV define família como o “conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consanguinidade, adoção ou afinidade), assim como a pessoa que vive só” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a, p. 7). Assim, o conceito de família da PCV é dirigido para as relações de parentesco dos moradores do domicílio, sem considerar a existência de dependência doméstica ou de normas de convivência. Contudo, em alguns casos, os pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico que moram no domicílio podem ser incluídos como membros da família principal de um arranjo domiciliar, o que é discutido mais adiante.

Conforme o manual do entrevistador da PCV, a pesquisa identifica uma ou mais famílias em um domicílio a partir de um critério fundamentado no tipo de relação intrafamiliar existente entre os moradores: relações nucleares, relações primárias e relações secundárias. Primeiramente, é identificada a existência de uma relação nuclear ou núcleo familiar, isto é, um casal. A relação nuclear define imediatamente a presença de uma família no domicílio pesquisado. As relações primárias se referem a pai, filho, irmão, neto, etc. do chefe do domicílio e as secundárias a outros parentes do chefe tais como tio, sobrinho e primo. A ocorrência destes dois tipos de relações pode definir a presença de famílias adicionais no domicílio (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

Quando há mais de uma família no domicílio, o entrevistador distingue a família principal das famílias secundárias, sendo que é considerada como principal a família cujo chefe for, ao mesmo tempo, chefe do domicílio (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

QUADRO 2 – Classificação de famílias em arranjos domiciliares na PNAD e na PCV 2006

RELAÇÃO DE MORADORES NO DOMICÍLIO	Classificação de famílias segundo a PCV	Classificação de famílias segundo a PNAD
Pessoa de referência, cônjuge e filho (s)	Uma família (uma relação nuclear)	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filha e genro	Duas famílias (duas relações nucleares)	Duas famílias (dois núcleos de reprodução)
Pessoa de referência, filha e neto	Uma família (uma relação primária)	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filha e neto	Uma família (uma relação nuclear)	Duas famílias (dois núcleos de reprodução)
Pessoa de referência, cônjuge, filha e neto, sobrinho	Uma família (uma relação nuclear)	Duas famílias (dois núcleos de reprodução)
Pessoa de referência, cônjuge, filha e neto, sobrinho e filho do sobrinho	Duas famílias (a segunda família é constituída pelo sobrinho e seu filho, que têm entre si uma relação primária)	Três famílias (três núcleos de reprodução)
Pessoa de referência, filha e neto, filho e nora	Uma família (uma relação primária que agrega relações primárias)	Duas famílias (dois núcleos de reprodução: pessoa de referência, filha e neto; filho e esposa)
Pessoa de referência, cônjuge, filho e nora, sobrinho e filho do sobrinho	Três famílias	Três famílias
Pessoa de referência, cônjuge, filho, agregado ou pensionista	Uma família (uma relação nuclear)	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filho, agregado ou pensionista e filho	Duas famílias	Duas famílias
Indivíduos sem relação de parentesco	Cada indivíduo uma família	Cada indivíduo uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filho, empregada doméstica que mora na casa	Uma família	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filho, empregada doméstica que mora na casa, com cônjuge e/ou filhos, ambos trabalhando no domicílio ou cônjuge e/ou filhos inativos	Uma família	Duas famílias
Pessoa de referência, cônjuge, filho, empregada doméstica que mora na casa, com cônjuge e/ou filhos que trabalham fora do domicílio	Duas famílias	Duas famílias

Fonte: Bilac (2003), atualizada pelo autor para as pesquisas de 2006.

A PNAD e a PCV possuem formas distintas de identificação de famílias e relações de parentesco em um arranjo domiciliar. Ao contar o número de famílias em um domicílio, a PNAD atribui importância maior à presença de núcleos reprodutivos do que a PCV. Diferentemente, a PCV prioriza a relação nuclear ou de aliança (ou seja, uma relação de casal) sobre a relação de descendência na contagem de famílias, o que provoca diferentes configurações para os arranjos domiciliares em cada uma dessas coletas, como veremos adiante. Bilac (2003) resume as diferentes formas de operacionalização da contagem das famílias em arranjos domiciliares nessas fontes de dados (Quadro 2).

Um conhecido exemplo de presença de famílias secundárias em um domicílio (ou famílias conviventes conforme a PNAD) é aquele com mãe adolescente sem cônjuge que vive com os pais. A PCV consideraria a existência de uma única família, em que a filha (sem cônjuge) do chefe do domicílio possui um filho, classificado como neto do chefe. Conforme a PCV este grupo domiciliar corresponde a uma família ampliada (neste caso, um arranjo biparental com parentes). Diferentemente, a PNAD consideraria a existência de duas famílias conviventes com relação de parentesco em um domicílio: a primeira família do chefe do domicílio – casal com filhos– e a segunda família formada pela mãe e seu filho – chefe com filhos– devido à existência de dois núcleos de reprodução (BILAC, 2003).

2.2.2 Identificação das relações de parentesco em um arranjo domiciliar

A caracterização das relações entre os moradores de um domicílio nas pesquisas amostrais em estudo está intrinsecamente relacionada à identificação da chefia da família e do domicílio. Desse modo, é preciso discutir algumas questões relativas ao conceito de chefia e ao histórico da coleta de dados sobre a condição dos moradores na família e no domicílio na PNAD e na PCV.

A PNAD nas décadas de 1970 e 1980 já investigava a condição dos moradores na família e no domicílio e, especificamente, quem era o chefe (da família e do domicílio). Em 1992, o termo “chefe” foi substituído por “pessoa de referência” da família ou da unidade domiciliar. Desde então, a pessoa de referência é entendida como a pessoa (homem ou mulher) que é a principal responsável (pela família ou pelo domicílio). Essa terminologia também foi adotada pelo Censo em 2000 (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002).

Desde a sua primeira edição de 1990, a PCV investiga os moradores e a sua condição na família e no domicílio. A chefia familiar e domiciliar é identificada pelo termo “chefe” em todos os levantamentos realizados (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A PCV 2006 pergunta quem é o chefe (do domicílio e da família), enquanto a PNAD 2006 pergunta quem é a pessoa de referência (do domicílio e da família). Em ambas as pesquisas a condição

dos moradores é *declarada* pelo informante. Existe, portanto, um aspecto subjetivo da atribuição da chefia tanto na PNAD quanto na PCV, isto é, que depende da opinião do informante da pesquisa. Segundo Medeiros; Osorio e Varella (2002), o entendimento sobre quem seria o principal responsável pelo domicílio não seria exato, pois o morador entrevistado pode entender que a responsabilidade se refere à provisão de renda ou à manutenção da residência, isto é, ao cuidado com os membros residentes. Mais adiante, essa questão será vista na análise da classificação dos arranjos domiciliares.

O dicionário de variáveis da PNAD 2006 diz que, dentro de cada unidade domiciliar e de cada família, as pessoas são classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge. A pessoa de referência é entendida como a pessoa (homem ou mulher) que é a principal responsável (pela família ou pelo domicílio). Conforme o questionário de 2006, para se identificar a pessoa de referência do domicílio, o entrevistador realiza duas perguntas ao informante da pesquisa: “Quantas pessoas moram neste domicílio?” e “Qual é o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?”. Em seguida, o informante declara ao entrevistador quem são os moradores do domicílio e a sua relação com a pessoa de referência do domicílio e da família a qual pertence (IBGE, 2006a).

Segundo o dicionário de variáveis da PCV 2006, verifica-se, para cada indivíduo, a sua relação com o chefe do respectivo domicílio e da respectiva família. O chefe do domicílio (ou da família) é o morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o principal responsável pelo domicílio (ou pela família). O questionário exige que a caracterização dos moradores seja feita pelo chefe ou seu cônjuge. Além disso, as informações domiciliares devem ser respondidas pelo chefe do domicílio ou seu cônjuge e as familiares pelo chefe de cada família ou seu cônjuge (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Somente em último caso, “na impossibilidade de encontrar o chefe do domicílio, da família ou seu respectivo cônjuge para prestar as informações requeridas nas diferentes partes do questionário em que o mesmo deve ser o informante”, a entrevista pode ser feita com um morador do domicílio ou membro da família maior de idade, conforme esclarece o Manual do Entrevistador (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

Em relação ao parentesco, a PNAD 2006 apresenta oito possíveis condições dos moradores na unidade domiciliar e na família: (a) pessoa de referência; (b) cônjuge: a pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência, existindo ou não vínculo matrimonial; (c) filho: aquele que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência ou do seu cônjuge; (d) outro parente: aquele que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge; (e) agregado: a pessoa que não é parente da pessoa de referência nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; (f) pensionista: a pessoa que não é parente da pessoa de referência nem do seu cônjuge e

paga hospedagem ou alimentação; (g) empregado doméstico: a pessoa que presta serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro (s) da unidade domiciliar (ou da família); (h) parente do empregado doméstico: a pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família). O questionário também averigua se cada morador possui mãe viva e se reside na unidade domiciliar, perguntando o seu número de ordem (IBGE, 2006a).

A classificação da condição dos moradores na unidade domiciliar e na família na PCV 2006 envolve uma descrição mais específica de outro parente em relação à PNAD: (a) chefe: morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pela unidade domiciliar ou pela família; (b) cônjuge: morador que vive conjugalmente com o chefe, independentemente do reconhecimento legal deste vínculo; (c) filho ou enteado: morador(a) filho(a), filho(a) adotivo(a) ou de criação do chefe ou do seu cônjuge; (d) moradores com algum laço de parentesco com o chefe ou seu cônjuge, cuja condição é especificamente identificada na PCV como neto, sobrinho do chefe, sobrinho do cônjuge, pai/mãe, sogro, irmão, cunhado, genro/nora, avô, tio ou outro parente; (e) não parente: morador, normalmente identificado como agregado, que não é parente do chefe ou do seu cônjuge e que não paga pensão; (f) pensionista: morador não parente que paga hospedagem; (g) empregado doméstico: a pessoa que presta serviço doméstico remunerado à família do chefe e dorme no domicílio; (h) parente do empregado doméstico: aquele que tem laços de parentesco com o empregado doméstico e reside no domicílio, embora não preste serviço à família (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Os efeitos das diferentes formas de identificar relações de parentesco e de contabilizar famílias em um domicílio podem ser observados por meio da aplicação de uma classificação de arranjos domiciliares às bases de dados da PNAD 2006 e da PCV 2006.

3. CLASSIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ARRANJOS DOMICILIARES NA PNAD 2006 E NA PCV 2006

3.1 Classificação e quantificação de arranjos domiciliares

A discussão sobre a caracterização dos arranjos domiciliares no Estado de São Paulo em 2006 nas fontes de dados selecionadas apoia-se em um estudo empírico da composição familiar e do ciclo de vida, a partir da classificação de arranjos domiciliares de Bilac (2003).

Os arranjos domiciliares podem ser classificados em nove configurações em termos da posição do morador no domicílio: (a) pessoa sozinha: domicílio onde se encontra somente a pessoa de referência (ou chefe, em termos da PCV); (b) só casal: pessoa de referência e cônjuge; (c) casal e filhos: pessoa de referência, cônjuge e filho (s); (d) monoparental: pessoa de referência e filho (s); (e) monoparental e parentes: pessoa de referência, filho (s) e outros parentes; (f) biparental e parentes: pessoa de referência, cônjuge, filho (s) e outros parentes; (g) outros arranjos com parentes: casal com parentes, pessoa de referência e outros parentes e demais arranjos com parentes e não parentes; (h) núcleos aparentados: domicílio com mais de uma família no qual existe relação de parentesco entre as famílias conviventes conforme a PNAD ou, em termos da PCV, se há relação de parentesco de pelo menos uma das famílias secundárias com a principal; (i) arranjos com não parentes: domicílio com mais de uma família sem relação de parentesco entre elas. Assim, os sete primeiros arranjos envolvem a presença de uma única família residente no domicílio, enquanto os núcleos aparentados e os arranjos com não parentes se referem aos domicílios com mais de uma família (BILAC, 2003).

Essa classificação permite caracterizar alguns aspectos da composição domiciliar na PNAD 2006 e na PCV 2006. Há diferenças metodológicas em relação à quantificação dos arranjos familiares, da chefia domiciliar e das famílias conviventes em uma unidade domiciliar.

A Tabela 4 apresenta a classificação dos arranjos domiciliares em termos de chefia masculina e feminina. Os arranjos domiciliares com pessoa de referência ou chefe do sexo masculino correspondem a mais de dois terços do total. Assim, apesar das formas diferentes de investigação da chefia (pessoa de referência pela PNAD e chefe pela PCV), os volumes observados de chefia masculina e feminina para o total dos domicílios são praticamente os mesmos.

De acordo com a classificação apresentada, os arranjos domiciliares podem reunir pessoas com relação de parentesco ou arranjos com não parentes. Os domicílios formados por pessoas com relação de parentesco são preponderantes no Estado de São Paulo. É praticamente nula em termos estatísticos a ocorrência de arranjos com não parentes.

Assim, a imensa maioria dos núcleos aparentados envolve a presença de duas famílias no domicílio tanto na PNAD quanto na PCV, sendo poucos os casos de três ou mais famílias conviventes (anexo I). Contudo, há discrepâncias entre a PNAD e a PCV em relação aos volumes dos arranjos ampliados, isto é, núcleos aparentados, arranjos monoparentais com parentes e arranjos biparentais com parentes, que estariam relacionadas às diferentes formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio.

Enquanto a PNAD registra a proporção de 5,8% de domicílios com núcleos aparentados no Estado de São Paulo, a PCV apresenta uma participação de somente 1,3%. Essa variação tem efeitos sobre arranjos monoparentais com parentes e biparentais com parentes (Tabela 4).

TABELA 4 – Distribuição dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo – 2006

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA						Em %
	PNAD			PCV			
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
Pessoa sozinha	5,8	6,5	12,3	5,9	7,7	13,7	
Só casal	12,1	1,1	13,2	12,5	0,6	13,1	
Casal e filhos	41,9	3,5	45,4	40,7	1,7	42,4	
Monoparental	1,3	10,1	11,4	1,3	11,6	12,9	
Monoparental e parentes	0,3	2,4	2,7	0,5	4,9	5,4	
Biparental e parentes	3,2	0,4	3,6	5,4	0,3	5,7	
Outros arranjos com parentes	3,1	2,4	5,5	3,2	2,1	5,4	
Núcleos aparentados	3,5	2,3	5,8	1,1	0,2	1,3	
Arranjos com não parentes	
TOTAL	71,2	28,8	100,0	70,7	29,3	100,0	

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Em termos da relação de parentesco, verifica-se para as famílias adicionais que a PNAD registra cerca de 70,0% de famílias cujo chefe é filho do chefe do domicílio, enquanto essa proporção se reduz para aproximadamente 50,0% na PCV. Nos demais casos, o chefe da família adicional ocupa a posição de outros parentes em relação ao chefe do domicílio (Anexo I). Isso parece confirmar a hipótese de que essas famílias adicionais na PNAD constituiriam basicamente núcleos de reprodução aparentados integrando, portanto, uma única família ampliada e de estrutura mais complexa. A PCV considera que

esses arranjos familiares adicionais seriam incorporados à família da pessoa de referência do domicílio. Assim, há uma menor presença de núcleos aparentados na PCV em comparação com a PNAD.

Os arranjos biparentais com parentes parecem ser impactados pelas diferenças metodológicas entre as pesquisas. Estes representam 5,7% do total dos domicílios na PCV e 3,6% na PNAD. Possivelmente, a PNAD está classificando parte desses arranjos como núcleos aparentados, o que ocorre nos casos em que há pai, mãe, filho (s) e neto (s). A PCV consideraria a presença de um arranjo biparental com parentes (neto), enquanto a PNAD estaria registrando duas famílias em um domicílio, pois há dois núcleos de reprodução.

Há também uma maior participação de arranjos monoparentais com parentes na PCV (5,4%) em relação à PNAD (2,7%). Como vimos anteriormente, se o domicílio é formado somente pela pessoa de referência com um filho que possui filho (s), a PNAD e a PCV contabilizariam uma família. Porém, quando a pessoa de referência possui mais de um filho, sendo que um deles possui filho (s), a PNAD consideraria a existência de duas famílias, ampliando o volume dos domicílios plurifamiliares, enquanto a PCV registraria uma família monoparental com parentes nesse domicílio.

A Tabela 5 apresenta o número médio de membros por arranjo domiciliar em termos de chefia masculina e feminina. Os arranjos domiciliares com maior número de membros são os núcleos aparentados e os arranjos biparentais com parentes em ambas as pesquisas. Contudo, há uma diferença para o tamanho médio dos arranjos ampliados. Portanto, as diferenças metodológicas referentes à contagem de famílias em um domicílio impactam as estimativas do número médio de membros.

TABELA 5 – Número médio de membros por domicílio segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo – 2006

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoa sozinha	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Só casal	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Casal e filhos	3,9	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9
Monoparental	2,7	2,7	2,7	2,6	2,8	2,8
Monoparental e parentes	3,7	3,9	3,8	4,4	4,5	4,5
Biparental e parentes	5,0	5,0	5,0	5,3	5,8	5,3
Outros arranjos com parentes	2,8	3,0
Núcleos aparentados	5,9	5,7	5,8	6,0	6,3	6,1
Arranjos com não parentes
TOTAL	3,4	2,8	3,3	3,4	2,7	3,2

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Em suma, a PNAD e a PCV possuem discrepâncias importantes em relação às formas específicas de contagem das famílias em um domicílio, o que produz variações na distribuição dos arranjos domiciliares ampliados. Em particular, os arranjos monoparentais e os biparentais com parentes seriam subestimados na PNAD devido à maior proporção de domicílios com núcleos aparentados, ocorrendo o inverso na PCV. Como vimos na seção 1, em termos sociológicos, na maioria dos casos, os domicílios com mais de uma família seriam uma única família ampliada e de estrutura mais complexa. Essa hipótese é corroborada pela análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) que aponta ser pouco frequente no Brasil a convivência de núcleos familiares em um domicílio sem compartilhamento do orçamento doméstico (BILAC, 2003). Nesse sentido, pode-se dizer que a PCV caracteriza melhor os arranjos domiciliares ampliados em relação à PNAD.

3.2 Composição dos arranjos domiciliares pobres

Esta subseção apresenta os resultados da aplicação da metodologia de quantificação dos conceitos de família e domicílio aplicada a um conjunto específico de domicílios abaixo da linha de pobreza. Tais resultados ajudam a responder a seguinte questão: as diferenças de operacionalização dos conceitos de família e domicílio das fontes de dados têm efeito sobre a análise das famílias nos

domicílios pobres? A análise empírica consiste em uma comparação entre a distribuição do total de domicílios e a distribuição dos domicílios pobres em termos da sua composição familiar.

Existem pelo menos duas formas de seleção de arranjos domiciliares pobres por meio de indicadores de renda. Uma delas é classificar os domicílios por estratos de distribuição de renda domiciliar ou familiar em termos de decis (ou outras frações) de rendimento, conforme aponta Rocha (2003). Nesse caso, os domicílios ou as famílias pertencentes ao primeiro decil seriam classificados como pobres. Outra forma é a adoção de algum tipo de linha de pobreza em termos de uma faixa de rendimento domiciliar ou familiar mensal *per capita*. O indicador de pobreza absoluta calculado pelo IPEA para análise da PNAD classifica como pobres os domicílios com rendimento nominal mensal *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo (IPEA, 2010a).

Para este estudo empírico, os arranjos domiciliares pobres são aqueles com rendimento nominal mensal *per capita* igual ou inferior a ½ salário mínimo, conforme metodologias similares adotadas por Lopes; Macedo e Machado (2003); Hoffmann e Kageyama (2006) e IPEA (2010a).

Os arranjos domiciliares são analisados em termos de características de composição relativas à existência de conjugalidade ou monoparentalidade, de isolamento ou ampliação e de presença ou ausência de prole residente. Esta análise da classificação dos arranjos domiciliares remete a algumas características do ciclo de vida familiar. Embora a abordagem do ciclo de vida seja questionada por sua dificuldade em dar conta da diversidade de formas de família presentes na sociedade contemporânea e da sua variabilidade ao longo do tempo, pode ser um instrumento útil para o entendimento da relação entre família e pobreza (GOLDANI, 2004; MONTALI; TAVARES, 2008)³.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos arranjos domiciliares para o total do Estado de São Paulo e a tabela 7 apresenta a distribuição somente entre os domicílios abaixo da linha de pobreza.

³ A abordagem clássica do ciclo de vida pressupõe uma família nuclear estável, ou seja, em que a união se mantém até a morte de um dos cônjuges, deixando de lado a divisão familiar que pode ocorrer por separação ou divórcio e os recasamentos.

TABELA 6 – Distribuição dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo – 2006

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoa sozinha	5,8	6,5	12,3	5,9	7,7	13,7
Só casal	12,1	1,1	13,2	12,5	0,6	13,1
Casal e filhos	41,9	3,5	45,4	40,7	1,7	42,4
Monoparental	1,3	10,1	11,4	1,3	11,6	12,9
Monoparental e parentes	0,3	2,4	2,7	0,5	4,9	5,4
Biparental e parentes	3,2	0,4	3,6	5,4	0,3	5,7
Outros arranjos com parentes	3,1	2,4	5,5	3,2	2,1	5,4
Núcleos aparentados	3,5	2,3	5,8	1,1	...	1,3
Arranjos com não parentes
TOTAL	71,2	28,8	100,0	70,7	29,3	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

A maioria dos arranjos domiciliares é formada por pessoas que mantêm relações de parentesco entre si, em ambas as pesquisas (Tabela 6). Esse resultado é observado também entre os domicílios pobres (Tabela 7). A ocorrência de arranjos domiciliares formados por dois ou mais grupos de pessoas sem relação de parentesco é insignificante em termos estatísticos. Além disso, os dados de condição dos moradores no domicílio da PNAD e da PCV mostram que é quase nula a presença de “agregados”, “pensionistas”, “empregados domésticos”, “parentes do empregado doméstico” e “outros” nos arranjos domiciliares paulistas.

A análise da chefia domiciliar⁴ segundo a classificação dos arranjos domiciliares mostra que os arranjos biparentais (isolados e ampliados) e os casais sem filhos são preponderantemente de chefia masculina. Diferentemente, os arranjos monoparentais (isolados e ampliados) são majoritariamente chefiados por mulheres. Não se observa uma variação significativa dos resultados para os domicílios pobres, de modo que a pobreza não necessariamente está associada ao tipo de chefia dos arranjos domiciliares.

⁴ Adota-se aqui o termo “chefia domiciliar” para homogeneizar a análise dos dados da PNAD e da PCV.

TABELA 7 – Distribuição dos domicílios abaixo da linha de pobreza segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo – 2006

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoa sozinha	2,7	...	4,5	1,9	2,7	4,6
Só casal	4,6	...	5,0	5,9	...	6,1
Casal e filhos	48,7	5,3	53,9	46,7	2,4	49,2
Monoparental	...	14,6	15,8	...	19,4	20,7
Monoparental e parentes	...	4,3	4,6	...	6,8	7,2
Biparental e parentes	3,2	...	3,8	6,3	...	7,0
Outros arranjos com parentes	1,8	2,5	4,4	2,1	1,7	3,8
Núcleos aparentados	3,6	4,4	8,0	1,4
Arranjos com não parentes
TOTAL	66,1	33,9	100,0	65,6	34,4	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Um resultado importante é a maior presença de arranjos domiciliares com pessoas na condição de filhos entre os domicílios pobres (Tabela 7), isto é, casal e filhos, arranjos biparentais com parentes, monoparentais, monoparentais com parentes e núcleos aparentados. Esses arranjos domiciliares, cujo núcleo é composto por um casal e filhos ou um dos pais e filhos, respondem por cerca de dois terços dos domicílios. Contudo, entre os domicílios pobres essa proporção aumenta para mais de 85,0%. Esse resultado confirma que a presença de pessoas na condição de filhos nos domicílios pobres pode aumentar as necessidades de recursos econômicos para a manutenção das funções domésticas. A existência de filhos dependentes – particularmente crianças e adolescentes – tende a ampliar a demanda doméstica de serviços de saúde, educação e outros relacionados ao seu cuidado e atenção.

Em contrapartida, os arranjos domiciliares sem a presença de filhos possuem um menor peso entre os domicílios pobres. Enquanto os arranjos com pessoas só e os formados somente por casais respondem por um quarto dos domicílios paulistas (Tabela 6), essa proporção diminui para 10,0% entre os pobres (Tabela 7).

Verifica-se também uma maior presença de arranjos ampliados entre os domicílios pobres no Estado. Enquanto os arranjos ampliados com núcleos de reprodução – isto é, arranjos biparentais com parentes, monoparentais com parentes e núcleos aparentados – respondem por 12,0% dos domicílios (Tabela 6), entre os pobres a proporção é de cerca de 16,0% pela PNAD e pela PCV (Tabela 7).

No entanto, uma desagregação dos arranjos domiciliares ampliados mostra diferentes resultados em ambas as pesquisas. Segundo os dados da PNAD, os núcleos aparentados constituem 8,0% dos arranjos domiciliares pobres. Ademais, os arranjos biparentais e monoparentais com parentes em conjunto respondem por 8,4%. Diferentemente, pela PCV os núcleos aparentados se restringem a 1,4% dos arranjos domiciliares pobres e arranjos biparentais e monoparentais com parentes em conjunto respondem por 14,1%. Assim, as variações nos resultados de volumes de núcleos aparentados na PNAD e na PCV têm efeito sobre a composição interna dos arranjos ampliados pobres, o que estaria relacionado às específicas formas de contagem de famílias por domicílio em cada levantamento.

Nesta análise, é importante verificar em que etapas do ciclo de vida estão as famílias que vivem em domicílios pobres. A tabela 8 descreve a distribuição dos arranjos domiciliares em termos do grupo etário da pessoa de referência como *proxy* do ciclo de vida familiar e a tabela 9 apresenta essa distribuição entre os domicílios pobres.

TABELA 8 – Distribuição dos domicílios segundo grupo etário e sexo da pessoa de referência no estado de São Paulo – 2006

GRUPO ETÁRIO	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA						Em %
	PNAD			PCV			
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
De 15 a 34 anos	17,7	4,8	22,5	18,8	4,7	23,5	
De 35 a 49 anos	26,7	9,7	36,4	26,0	9,2	35,2	
De 50 a 64 anos	18,2	8,0	26,2	16,8	8,2	24,9	
65 anos ou mais	8,5	6,3	14,8	9,2	7,2	16,4	
TOTAL	71,2	28,8	100,0	70,7	29,3	100,0	

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em ambas as pesquisas, a maior parte dos arranjos domiciliares possui pessoas de referência dos grupos etários de 35 a 49 anos e de 50 a 64 anos, que em conjunto respondem por 62,6% do total pela PNAD e 60,1% pela PCV (Tabela 8). Entre os domicílios pobres, constata-se certo rejuvenescimento, pois existe uma maior presença dos arranjos com pessoas de referência de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos, que correspondem a 76,3% desses domicílios pela PNAD e 73,8% pela PCV (Tabela 9).

Os arranjos domiciliares em que a pessoa de referência possui de 15 a 34 anos – que estariam em fase de expansão quanto ao ciclo de vida – representam um pouco acima de 20,0% do total dos domicílios na PNAD e na PCV (Tabela 8). Contudo, essa proporção se amplia para quase um terço do total de domicílios classificados como pobres (Tabela 9).

TABELA 9 – distribuição dos domicílios abaixo da linha de pobreza segundo grupo etário e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo – 2006

GRUPO ETÁRIO	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
De 15 a 34 anos	23,0	9,3	32,4	23,5	9,2	32,7
De 35 a 49 anos	29,1	14,9	44,0	27,1	14,0	41,1
De 50 a 64 anos	10,9	7,2	18,0	10,6	7,8	18,4
65 anos ou mais	3,1	2,6	5,7	4,4	3,4	7,8
TOTAL	66,1	33,9	100,0	65,6	34,4	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Verifica-se que os arranjos domiciliares com pessoa de referência entre 35 e 49 anos – que estariam em fase de consolidação – representam 36,4% pela PNAD e 35,2% pela PCV do total de domicílios, constituindo o principal grupo etário no Estado de São Paulo (tabela 8). Esse nível de ocorrência é ainda maior entre os domicílios pobres: 44,0% na PNAD e 41,1% na PCV (Tabela 9).

À medida que as pessoas de referência dos arranjos tornam-se mais idosas, diminui sensivelmente a sua importância entre os domicílios pobres. Os arranjos chefiados por pessoas de referência com 65 anos ou mais – que possivelmente estão na fase de dispersão – registram a menor participação entre os domicílios pobres, em ambas as pesquisas (Tabela 9). Segundo a PNAD, enquanto quase 15,0% do total de domicílios possuem chefes com essa faixa etária, entre os pobres essa proporção diminui para 5,7%. Os resultados da PCV são similares: 16,4% do total de domicílios com chefes dessa faixa etária e 7,8% entre os domicílios pobres. Esses resultados estão de acordo com a bibliografia discutida no capítulo 1 que indica a crescente contribuição dos idosos para a provisão da renda domiciliar na década de 2000, com efeitos em termos de redução da pobreza.

A fim de aprofundar a análise dos diferentes tipos de arranjos domiciliares, examina-se a sua classificação em termos do ciclo de vida. Isso é feito pela avaliação da distribuição dos arranjos domiciliares por faixa etária da pessoa de referência para o total dos domicílios (Tabela 10) e para os domicílios abaixo da linha de pobreza (Tabela 11).

Os arranjos com pessoas na condição de filhos e pessoas de referência dos grupos etários de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos representam cerca de 45,0% do total dos domicílios em ambas as pesquisas (Tabela 10). Contudo, tais arranjos respondem por mais de dois terços do total de domicílios pobres (Tabela 11).

TABELA 10 – Distribuição dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar e grupo etário da pessoa de referência no Estado de São Paulo – 2006

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	GRUPO ETÁRIO									
	PNAD					PCV				
	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total
Pessoa sozinha	2,1	3,0	3,2	4,0	12,3	2,2	3,1	3,2	5,2	13,7
Só casal	3,8	2,5	3,4	3,6	13,2	3,3	2,1	3,8	3,9	13,1
Casal e filhos	11,9	20,8	10,6	2,2	45,4	12,7	19,2	8,3	2,1	42,4
Monoparental	1,6	4,7	3,3	1,9	11,4	2,2	5,4	3,7	1,6	12,9
Monoparental e parentes	0,3	0,8	1,0	0,7	2,7	0,3	1,8	1,9	1,3	5,4
Biparental e parentes	0,9	1,6	0,9	0,2	3,6	1,1	1,9	2,0	0,8	5,7
Outros arranjos com parentes	1,5	1,2	1,5	1,2	5,5	1,4	1,3	1,5	1,2	5,4
Núcleos aparentados	0,4	1,8	2,5	1,1	5,8	...	0,4	0,5	0,2	1,3
Arranjos com não parentes
TOTAL	22,5	36,4	26,2	14,8	100,0	23,5	35,2	24,9	16,4	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Os arranjos com casal e filhos constituem o arranjo mais frequente entre os domicílios pobres. Tais arranjos têm chefia predominantemente masculina (Tabela 7). Enquanto mais de 10,0% desses arranjos possuem pessoa de referência de 15 a 34 anos (Tabela 10), entre os pobres essa proporção aumenta para cerca de 20,0% (Tabela 11). O grupo de arranjos com pessoas de referência de 35 a 49 anos representa cerca de 25,0% do total de arranjos domiciliares pobres, acima da participação verificada para o conjunto dos domicílios (em torno de 20,0%). Assim, entre os domicílios pobres nota-se uma sobrerrepresentação dos casais e filhos que estariam em fase de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida. Diferentemente, o volume de tais arranjos com pessoa de referência de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais está sub-representado entre os domicílios pobres.

TABELA 11 – Distribuição dos domicílios abaixo da linha de pobreza segundo tipo de arranjo domiciliar e grupo etário da pessoa de referência no Estado de São Paulo – 2006

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	GRUPO ETÁRIO									
	PNAD					PCV				
	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total
Pessoa sozinha	1,0	1,6	1,7	...	4,5	...	1,3	1,4	1,2	4,6
Só casal	2,2	1,4	5,0	2,1	2,3	6,1
Casal e filhos	21,6	26,5	5,1	...	53,9	20,4	23,2	5,1	...	49,2
Monoparental	4,4	7,8	2,6	...	15,8	6,9	9,6	3,3	0,9	20,7
Monoparental e parentes	...	1,7	1,3	...	4,6	...	2,7	2,6	1,1	7,2
Biparental e parentes	1,6	1,5	3,8	2,0	2,6	1,8	...	7,0
Outros arranjos com parentes	1,7	...	4,4	1,4	...	3,8
Núcleos aparentados	...	3,4	2,8	...	8,0	1,4
Arranjos com não parentes
TOTAL	32,4	44,0	18,0	5,7	100,0	32,7	41,1	18,4	7,8	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

O arranjo monoparental é o segundo mais frequente entre os domicílios pobres. Esse tipo de arranjo é predominantemente chefiado por mulheres (Tabela 7). Observa-se que a maior sobre-representação de domicílios pobres ocorre para os arranjos com pessoa de referência de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos, isto é, aqueles que estariam em fase de expansão e consolidação (Tabela 11). Verifica-se uma pequena sub-representação para os arranjos com pessoa de referência de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais (Tabela 11).

Em menor proporção entre os domicílios pobres, os arranjos domiciliares formados por casal sem filhos são predominantemente compostos por pessoas de referência com 50 anos ou mais. Nota-se que as pessoas de referência dos casais sem filhos pertencem às duas faixas etárias mais idosas e estariam mais relacionados ao estágio de dispersão do ciclo de vida familiar (Tabela 11). Isso também parece ocorrer em uma parte dos arranjos unipessoais, o que pode envolver a presença de viúvos (Tabela 11).

Conforme Montali e Tavares (2008), os arranjos formados por casal e filhos em suas fases de expansão e consolidação e os arranjos monoparentais com chefia feminina foram considerados os mais vulneráveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas brasileiras em 2004 e 2006. De modo semelhante, os resultados desta análise da PNAD e da PCV para o Estado de São Paulo em 2006 mostram que, entre os domicílios pobres, constata-se a sobre-representação dos arranjos com casal e filhos e dos

monoparentais com pessoa de referência das faixas etárias mais jovens ou que estariam em suas fases de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida.

Essa sobrerrepresentação de arranjos domiciliares com prole e pessoa de referência jovem entre os domicílios pobres também é verificada em termos das condições habitacionais segundo Fundação SEADE (2010). Há uma maior proporção de domicílios com necessidades habitacionais para os arranjos com presença de filhos e para aqueles que possuem pessoa de referência até 29 anos, conforme dados da PCV. Verifica-se também que existem maiores necessidades habitacionais nos arranjos domiciliares ampliados em relação aos isolados.

TABELA 12 – Proporção de domicílios com presença de filhos segundo a PNAD no Estado de São Paulo – 2006

CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	Em %	
	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS
Filhos	86,2	69,0
Filhos de 0 a 6 anos	43,0	20,8
Filhos de 7 a 14 anos	54,2	28,1
Filhos de 15 a 17 anos	20,0	13,0
Filhos de 18 e mais	24,8	33,6

Fonte: IBGE (PNAD 2006a).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em outra possibilidade de análise do ciclo de vida, verifica-se também a maior ocorrência de crianças e adolescentes entre os domicílios pobres (Tabelas 12 e 13). Observa-se uma proporção duas vezes maior de filhos das faixas de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos nos domicílios pobres em relação ao total, o que corresponderia aos arranjos biparentais e monoparentais em fase de expansão e consolidação. Há também um maior peso para os filhos jovens de 15 a 17 anos entre os domicílios pobres. Diferentemente, existe uma menor ocorrência de filhos de 18 anos e mais entre os domicílios pobres em comparação com o total.

TABELA 13 – Proporção de domicílios com presença de filhos segundo a PCV no Estado de São Paulo – 2006

	Em %	
CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS
Filhos	85,8	68,6
Filhos de 0 a 6 anos	42,6	21,7
Filhos de 7 a 14 anos	52,7	27,5
Filhos de 15 a 17 anos	21,4	14,0
Filhos de 18 e mais	24,1	33,1

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006).

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Uma parte importante dos esforços dos arranjos domiciliares pobres é dirigida para os serviços de cuidado das pessoas dependentes, que podem ser mais custosos conforme algumas heterogeneidades pessoais. De fato, os resultados confirmam que isso ocorre nos domicílios com filhos, principalmente naqueles com crianças e adolescentes até 14 anos. Torna-se necessário verificar se isso ocorreria também nos domicílios com outros dependentes, como as pessoas idosas e as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nota-se uma clara diferença em relação aos idosos. Verifica-se uma sub-representação de idosos entre os domicílios pobres no Estado de São Paulo, em ambas as pesquisas (Tabela 14). Segundo a PNAD, 8,0% dos domicílios pobres contam com uma pessoa idosa, enquanto para o total essa proporção é de 19,1%. Para a PCV, há 10,1% de domicílios com idosos entre os pobres e 20,6% no total dos domicílios.

Desde a década de 1990 observa-se a ampliação da cobertura do sistema de seguridade social no país. Um dos principais efeitos dessa política social é a redução da pobreza para os arranjos domiciliares com pessoas idosas nas últimas décadas. Com efeito, é crescente a participação da população idosa no mercado de trabalho, o que permite que os idosos contribuam ainda mais para a provisão de renda nos arranjos domiciliares. Em termos de elaboração de programas de combate à pobreza, considerando o processo de envelhecimento populacional, não pode ser desprezado o fato de que pessoas idosas estão presentes em 8,0% dos domicílios pobres pela PNAD e em 10,1% pela PCV em 2006.

TABELA 14 – Proporção de domicílios segundo presença de indivíduos selecionados no Estado de São Paulo – 2006

CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	Em %			
	PNAD		PCV	
	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS
Idosos	8,0	19,1	10,1	20,6
Filhos	86,2	69,0	85,8	68,6
Portadores de necessidades especiais	(1)	(1)	10,2	6,7

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006); IBGE (PNAD 2006).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Informação não investigada pela PNAD 2006.

Finalmente, há uma maior presença de pessoas portadoras de necessidades especiais entre os domicílios pobres (10,2%) em relação ao total (6,7%) no Estado (Tabela 14). Em um estudo da PCV feito por FUNDAÇÃO SEADE (2008), constata-se que os arranjos domiciliares pobres com pessoas portadoras de necessidades especiais possuem predominantemente as seguintes características: renda *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo, presença de crianças e adolescentes menores de 18 anos e moradia com insuficiência de espaço físico.

Assim, a avaliação metodológica dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV pode servir de base para a definição das variáveis selecionadas como *proxy* para os estudos empíricos das famílias e para a análise da pobreza. As formas diferenciadas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio nessas pesquisas têm impacto sobre a caracterização das famílias, com variações nas estimativas de certos tipos de arranjos domiciliares, de modo particular naqueles com famílias ampliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão dos conceitos de família e domicílio e das formas de operacionalização desses conceitos apresentada neste estudo representa um auxílio para a discussão metodológica de pesquisas quantitativas. A relevância do estudo das famílias decorre não somente do fato de que a maior parte dos arranjos domiciliares envolve relações de parentesco, mas também das características referentes à organização familiar, ao momento do ciclo de vida familiar e do curso de vida dos membros dos arranjos familiares e à presença de dependentes.

A literatura discutida na seção 1 evidencia a importância das redes de parentesco para a manutenção das funções domésticas, com efeitos diretos sobre o bem-estar e a agência dos membros dos arranjos domiciliares. Os estudos empíricos mostram que a pobreza é vivenciada em um contexto familiar. De modo particular, as famílias possuem um papel relevante na rede de proteção social das pessoas pobres.

As formas diferenciadas de tratamento dos dados da PNAD e da PCV discutidas na seção 2 tiveram impacto sobre os resultados das estimativas de arranjos domiciliares apresentados na seção 3, conforme a análise da classificação domiciliar. Em particular, as distintas formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio das fontes de dados produziram variações nos volumes dos arranjos domiciliares ampliados, isto é, arranjos monoparentais com parentes, arranjos biparentais com parentes e núcleos aparentados.

ANEXO

TABELA 1 – Distribuição dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar no Estado de São Paulo – 2006

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	PNAD				PCV			
	DOMICÍLIOS POBRES		TOTAL		DOMICÍLIOS POBRES		TOTAL	
	Nº absoluto (1)	%						
Pessoa sozinha	69.083	4,5	1.456.613	12,3	83.946	4,6	1.401.487	13,7
Só casal	77.414	5,0	1.561.762	13,2	111.475	6,1	1.343.078	13,1
Casal e filhos	835.269	53,9	5.375.198	45,4	900.163	49,2	4.343.506	42,4
Monoparental	244.602	15,8	1.350.677	11,4	378.126	20,7	1.321.898	12,9
Monoparental e parentes	71.014	4,6	317.411	2,7	131.039	7,2	550.991	5,4
Biparental e parentes	58.731	3,8	429.100	3,6	127.949	7,0	585.100	5,7
Outros arranjos com parentes	67.394	4,4	652.386	5,5	69.541	3,8	549.013	5,4
Núcleos aparentados	123.423	8,0	683.948	5,8	25.998	1,4	133.785	1,3
Arranjos com não parentes
TOTAL	1.548.638	100,0	11.833.987	100,0	1.830.532	100,0	10.240.243	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

TABELA 2 – Distribuição dos núcleos aparentados segundo número de famílias no Estado de São Paulo – 2006

NÚMERO DE FAMÍLIAS POR DOMICÍLIO	Em %	
	PNAD	PCV
Duas	93,0	96,9
Três	6,4	3,1
Quatro	0,6	0,0
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Fundação SEADE (PCV 2006a); IBGE (PNAD 2006a).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA 3 – Distribuição das pessoas de referência das famílias adicionais dos núcleos aparentados, segundo relação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio, no Estado de São Paulo – 2006

RELAÇÃO COM A PESSOA DE REFERÊNCIA DO DOMICÍLIO	Em %	
	PNAD	PCV
Filho	71,1	51,1
Outro parente	28,9	48,9
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Fundação Seade (PCV 2006); IBGE (PNAD 2006).

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

REFERÊNCIAS

ANAND, S.; SEN, A. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. In: FUKUDA-PARR, S.; KUMAR, A. K. S. (Org.). **Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

APARICIO, C. A. P. **Família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”**: uma análise dos dados da PNAD e da PCV 2006. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

ARAÚJO, M. F. I. Reestruturação produtiva e transformações econômicas - Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 15, n. 1, p. 20-30, 2001.

ARRIAGADA, I. **Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, n. 42, 2004. (Serie Seminarios y Conferencias).

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 1227, 2006.

BARTHOLO, L. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica**: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

BARTHOLO, L.; ARAÚJO, L. R. C. Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

BECKER, G. S. **A treatise on the family**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

- BENDER, D. R. A refinement of the concept of household: families, co-residence and domestic functions. **American Anthropologist**, Washington, DC, v. 69, n. 5, p. 493-504, 1967.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 74, p. 11-15, 2006.
- BILAC, E. D. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 26, n. 1, p. 129-145, 2014.
- BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2003. (Mimeo).
- BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, SP, 1991.
- BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 223-245, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Assistência social: relação de benefícios assistenciais: benefício de prestação continuada**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PNDS 2006. **Pesquisa nacional de demografia e saúde da criança e da mulher**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 out. 2004.
- BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009.
- BURCH, T. K. Theories of household formation: progress and challenges. In: IMHOFF, E. et al. (Ed.). **Household demography and household modeling**. New York, NY: Plenum Press, 1995.
- CAMARANO, A. A. et al. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2006.
- CAMARGO, A. B. M.; YAZAKI, L. M. A fecundidade recente em São Paulo: abaixo do nível da reposição? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.
- CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.
- CEPAL. **Panorama social da América Latina 2017**. Santiago de Chile, Chile, 2018. (Documento Informativo, n. 52).
- CEPAL. **Entender la pobreza desde la perspectiva de género**. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, n. 52, 2004. (Serie Mujer y Desarrollo).
- CHANT, S. Las unidades domésticas encabezadas por mujeres en México y Costa Rica: perspectivas populares y globales sobre el tema de las madres solas. In: GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. (Org.). **Divergencias del modelo tradicional: hogares de jefatura femenina en América Latina**. México, DF: Ciesas: Plaza y Valdes, 1999.
- COSTA, J. S. et al. **A face feminina da pobreza: sobrerrepresentação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Textos para Discussão, n. 1137).

- COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, n. 21, p. 147-163, 2003.
- DEDECCA, C. S.; RIBEIRO, C. S. M. F.; ISHII, F. H. Ocupação e tempo de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. In: PAES DE BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; LYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília, DF: IPEA, 2007.
- FAVARO, C. S. **Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sócias de mulheres chefes de domicílios monoparentais**. 2009. 167f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2000**. Belo Horizonte, MG, 2001.
- FUNDAÇÃO SEADE. 2012: o ano em que mais ocorreram casamentos no Estado de São Paulo. **SP Demográfico**, São Paulo, SP, Ano 13, n. 4, 2013.
- FUNDAÇÃO SEADE. Fecundidade continua em queda em São Paulo. **SP Demográfico**, São Paulo, SP, Ano 11, n. 5, 2011.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório sobre necessidades habitacionais no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 2010.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório metodológico do indicador de vulnerabilidade social das famílias**. São Paulo, SP, 2008.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Boletim mulher e trabalho**. São Paulo, SP, n. 17, 2007.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Documentação da base de dados da PCV**. São Paulo, SP, 2006a.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Manual do entrevistador da PCV**. São Paulo, SP, 2006b.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa referente à cobertura e efetividade dos programas focalizados no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP, 2006c.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório de análise do diagnóstico das condições habitacionais de municípios com menos de 50 mil habitantes na área urbana**. São Paulo, SP, 2003.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de condições de vida de 1990: notas metodológicas**. São Paulo, SP, 1992.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005.
- GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação no Brasil? In: CARAMANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2004.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 67-110, 1993.
- HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.
- IBGE. **Nota técnica: principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua**. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

- IBGE. **Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006**. Rio de Janeiro, RJ, 2006a.
- IBGE. **Questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006**. Rio de Janeiro, RJ, 2006b.
- IBGE. **Projeção da população do Brasil - Parte 1: níveis e padrões da mortalidade no Brasil à luz dos resultados do Censo 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- IPEA. **Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. Brasília, DF, 2011. (Comunicados do IPEA, n. 75).
- IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009**. Brasília, DF, 2010a. (Comunicados do IPEA, n. 63).
- IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises: tendências demográficas**. Brasília, DF, 2010b. (Comunicados do IPEA, n. 64).
- IPEA. **PNAD 2008. Primeiras análises: demografia, trabalho e previdência**. Brasília, DF, 2009. (Comunicados da Presidência, n. 31).
- ITABORAI, N. R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. 2015. 491f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- JANNUZZI, P. M. Indicador de pobreza auto-declarada: discussão e resultados para a região metropolitana em 1998. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, SP, v. 13, n. 2, p. 41-65, 2001.
- KEILMAN, N. Household concepts and household definitions in Western Europe: different levels but similar trends in household developments. In: VAN IMHOFF, E. et al. (Ed.). **Household demography and household modelling, plenum series on demographic methods and population analysis**. New York, NY: Plenum Press, 1995.
- LAVINAS, L. Pobreza urbana no Brasil: trade-off entre investimentos sociais e transferências de renda. In: ZICCARDI, A. (Comp.). **Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social: los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Clacso-Crop, 2008.
- LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.
- LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. M. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Belo Horizonte, MG: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (Textos para Discussão, n. 223).
- MAIA, P. B.; CARDOSO, G. F.; SILVA, D. W. T. Mortalidade por agressão: um exercício com as informações do atestado de óbito georreferenciadas para município de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.
- MEDEIROS, M.; OSORIO, R. G.; VARELLA, S. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999**. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Textos para Discussão, n. 860).
- MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 22, p. 47-71, 2000.
- MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008.

- MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 223-245, 2006.
- MONTEIRO, C. A. et al. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil: 1996-2007. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009.
- OLIVEIRA, M. C. F. A.; VIEIRA, J. M.; BARROS, L. F. W. Composición de los domicilios y núcleos familiares brasileños: revelaciones de la PNDS 2006. In: BINSTOCK, G.; VIEIRA, J. M. (Org.). **Nupcialidad y familia en la América Latina actual**. Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2011.
- OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A. L.; SOARES, B. C. Gênero e participação social: dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002.
- PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 1999**. Lisboa: Trinova Editora, 1999.
- ROCHA, S. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 20, n. 1 (41), p. 113-139, 2011.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2003.
- ROCHA, S. **Renda e pobreza: medidas per capita versus adulto-equivalente**. Brasília, DF: IPEA, 1998. (Textos para Discussão, n. 609).
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. Cooperation, inequality, and the family. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 15, Supp., p. 61-76, 1989.
- SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.
- TORRES, H. G.; BICHR, R. M.; CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, v. 74, p. 17-22, 2006.
- VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 20, n. 3, p. 83-94, 2006.
- WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 2012. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.